



# MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

## APROVAÇÃO EM MINUTA

*A Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, em Reunião extraordinária realizada no dia 09-08-2010, aprovou, em minuta e para efeitos imediatos, por maioria, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1, a seguinte deliberação: -----*

### REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS - APROVAÇÃO APÓS INQUÉRITO PÚBLICO. -----

Após o prazo para apresentação de sugestões e ou reclamações relativo ao projecto de Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, bem como da fundamentação económico-financeira do valor das taxas, sem que houvesse qualquer sugestão e ou reclamação, de acordo com informação nº31-CM, de 15/07/2010, da Secção de Contencioso, Taxas e Licenças, a Câmara Municipal deliberou, com o voto contra da Vereadora Dr.ª Olga Madanelo e a abstenção do Vereador Dr. José Carlos Almeida, aprovar o presente Regulamento, o qual se dispensa de ser transcrito, depois de ter sido rubricado por todos os membros do Executivo, ficando a constituir o anexo I da presente acta, remetendo à Assembleia Municipal o documento para sua aprovação. A Vereadora Dr.ª Olga Madanelo votou contra apresentando a declaração de voto que a seguir se transcreve: "O facto do texto final, apresentado para inquérito público, não contemplar todas as alterações acordadas na reunião de 11 de Maio, concretamente no que se refere ao ponto 3 do art.º 4.º e aos pontos 1 e 2 do art.º 17.º do Regulamento Geral, justifica, por si só, o meu voto contra relativamente ao assunto em epígrafe. Não obstante este facto, cumpre-me expor o seguinte: O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais foi aprovado pela Lei n.º 53-E/ 2006 de 29 de Dezembro e entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2007. O artigo 17.º do aludido diploma propõe a revogação das taxas existentes no início do segundo ano financeiro subsequente à sua entrada em vigor, a não ser que os regulamentos então vigentes se conformem com a disciplina aprovada pelo novo regime ou sejam alterados em conformidade com o mesmo. O artigo 53.º da Lei n.º 54 – A/2008 de 31 de Dezembro, que rege o Orçamento de Estado para 2009, altera o referido artigo 17.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/ 2006 de 29 de Dezembro), alargando o período transitório para 1 de Janeiro de 2010, sem prejuízo da sua entrada em vigor, conforme anteriormente se aludiu, ter ocorrido a 1 de Janeiro de 2007, pelo que o mesmo se aplica, sob pena de nulidade, às taxas que a partir daquela data venham a ser aplicadas. Neste sentido, o meu parecer, salvo melhor opinião, vai no sentido de se proceder à suspensão da liquidação e cobrança de taxas municipais e, concomitantemente, à devolução aos contribuintes das taxas cobradas





# MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL

a partir de 1 de Janeiro de 2010, até se dar por terminado o processo de Regulamento e Tabelas de Taxas Municipais do Concelho de S. Pedro do Sul, nos termos previstos na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e no artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro, nos termos e para efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e do n.º 1 do artigo 91.º do mesmo normativo legal. Para terminar, importa esclarecer o seguinte: Não é de toda verdade o teor do Edital publicado a 1 de Julho de 2010 referente à desconvocação das reuniões do executivo camarário durante os meses de Julho e Agosto. A referida desconvocação resultou da informação dada, pelo Sr. Presidente da Câmara, aos vereadores, no final da reunião pública do dia 25 de Junho, já com os microfones desligados. Recordo que perante tal informação, eu própria questioneei o Sr. Presidente da Câmara acerca da novidade da decisão, uma vez que a Câmara tem vindo a reunir durante o mês de Julho. A confirmar esta afirmação, podemos verificar através das actas publicadas no site da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul que em 2009, houve três reuniões, concretamente nos dias 9, 13 e 27; em 2008, este órgão reuniu duas vezes, nos dias 14 e 28; em 2007, reuniu a 9 e 23 de Julho e no ano de 2006, reuniu três vezes, a 3, 10 e 24 de Julho. Também o Sr. Vereador José Sousa lembrou do limite dos prazos de aprovação das taxas ao que a Dra. Ana Teresa confirmou a data de 14 de Julho. Perante esta situação, foi anunciada, pelo Sr. Presidente, a convocação de uma reunião extraordinária. Posto isto, torna-se deliberadamente falsa a seguinte informação reproduzida do supracitado Edital “... por deliberação da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul de 25 /06/2010 que ficam desconvocadas as reuniões ordinárias dos meses de Julho e Agosto, atendendo a que o período de férias da vereação inviabiliza a existência de quórum”, e a abstenção do Vereador Dr. José Carlos Almeida, aprovar o presente Regulamento, o qual se dispensa de ser transcrito, depois de ter sido rubricado por todos os membros do Executivo, ficando a constituir o anexo I da presente acta, remetendo à Assembleia Municipal o documento para sua aprovação.-----

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

A DIRECTORA DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

A COORDENADORA TÉCNICA DA SECÇÃO DE EXPEDIENTE GERAL



**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**  
CÂMARA MUNICIPAL

Parecer	Despacho / Deliberação
<div data-bbox="367 309 686 517"><p>Câmara Municipal de S. Pedro do Sul Anexo <u>I</u> Reunião de <u>09/08/2010</u></p></div> <div data-bbox="352 799 606 828">Em <u>  </u> / <u>  </u> / <u>  </u></div>	<div data-bbox="981 327 1287 669"><p>A' reunião 1577 no X/</p></div> <div data-bbox="1021 799 1275 828">Em <u>  </u> / <u>  </u> / <u>  </u></div>

Câmara Municipal  
de  
S. Pedro do Sul  
Anexo I  
Reunião de 09/08/2010

Anexo

Reunião de 09/08/2010

**Despacho / Deliberação**

Amer. 1977

X

Em / /

Em 1 / 1

**Departamento de Administração Geral/Divisão Administrativa**  
**Secção de Contencioso, Taxas e Licenças**

### Secção de Contencioso, Taxas e Licenças

**Informação N.º: 31-CM**      **Data: 15/07/2010**      **Processo:**

**De: Coordenadora Técnica - Cristina Martins**

**Para: Sr. Presidente da Câmara Municipal**

**ASSUNTO: “Regulamento e Tabela de Taxas Municipais – apreciação pública”**

Cumpre-me informar V.Ex<sup>a</sup>, que o prazo para apresentação de sugestões e ou reclamações, relativo ao projecto de Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, bem como da fundamentação económica-financeira do valor das taxas Municipais, cujo Edital foi publicado na II Série do Diário da República de 28/05/2010, **terminou no dia 14 de Julho**, sem que houvesse apresentação de sugestões e ou reclamações.

A Coordenadora Técnica

Cristina Pectus





## REGULAMENTO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### Preâmbulo

O presente Regulamento e Tabela de Taxas do Município de São Pedro do Sul pretende dar cumprimento às exigências criadas pelo novo regime financeiro das autarquias locais fixado pela Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, e pelo novo regime das taxas das autarquias locais fixado pela Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, assegurando o respeito pelos princípios fundamentais orientadores neste último diploma elencados, com destaque para a expressa consagração das bases de incidência objectiva e subjectiva, do valor das taxas e métodos de cálculo aplicáveis, da fundamentação económico-financeira dos tributos, das isenções e respectiva fundamentação, dos meios de pagamento e demais formas de extinção da prestação tributária, do pagamento em prestações, bem como da liquidação e, ainda, das garantias dos sujeitos passivos.

Sistematicamente, manteve-se a estrutura formal desde sempre adoptada pela Autarquia, ou seja: um Regulamento e respectiva Tabela de Taxas, que dele faz parte integrante, introduzindo-se um novo anexo, que apresenta a Fundamentação Económica-Financeira das respectivas taxas.

Assim, o presente Regulamento e a Tabela de Taxas que dele faz parte integrante, encontram-se em total conformidade com a Lei nº 53-E/2006 e com a Lei das Finanças Locais, e caracterizam-se, em linhas gerais, pela:

- Consagração do princípio da equivalência jurídica das taxas municipais, com o primado do princípio da equivalência económica;
- Fundamentação económica-financeira das taxas municipais, através de um profundo estudo, anexo ao regulamento, no qual se descrevem os diferentes custos, directos e indirectos, suportados pela Câmara Municipal em função das diferentes prestações tributárias;
- Caracterização das diferentes taxas em função dos respectivos critérios de fundamentação: custo da actividade pública local; benefício do particular, desincentivo à prática de actos ou actividades; custo social suportado pelo Município;
- Simplificação da tabela de taxas (redução do número de taxas pela sua agregação).

O projecto de Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, assim como a respectiva fundamentação económico-financeira, foram submetidos a apreciação pública, nos termos do nº 2 do artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo. O respectivo edital foi afixado nos lugares habituais, publicado no Jornal "Notícias de Lafões", de 4 de Junho de 2010 e no Diário da República, 2ª série, nº 104, de 28 de Maio de 2010.





*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## **REGULAMENTO GERAL**

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **Artigo 1.º**

###### **Lei habilitante**

O presente Regulamento e Tabela de Taxas Municipais tem como leis habilitantes o artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, as alíneas a) e e) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, na sua redacção actual e a Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, na sua redacção actual.

##### **Artigo 2.º**

###### **Âmbito de aplicação**

O presente Regulamento e Tabela de Taxas aplicam-se em todo o Município às relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação do pagamento de taxas a este último.

##### **Artigo 3.º**

###### **Das taxas**

1 - As taxas do Município de S. Pedro do Sul são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público, na utilização privada de bens do domínio público e privado da autarquia ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, no âmbito das atribuições do Município, nos termos da Lei.

2 - A concreta previsão das taxas municipais devidas ao Município de S. Pedro do Sul, com fixação dos respectivos quantitativos, consta da Tabela, a qual faz parte do presente Regulamento como Anexo II e que dele é parte integrante, respeita o princípio da prossecução do interesse público local e visa a satisfação das necessidades financeiras do Município e a promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental.

##### **Artigo 4.º**

###### **Da fixação do valor e fundamentação económico-financeira das taxas**

1 - O valor das taxas constantes na Tabela Anexa ao presente Regulamento, atento ao princípio da proporcionalidade, é fixado segundo os seguintes critérios:

- a) Custo da actividade pública local;
- b) Benefício auferido pelo particular;
- c) Desincentivo à prática de certos actos ou operações;
- d) Custo social suportado pelo Município.

2 - Os proveitos obtidos das taxas constantes na Tabela Anexa ao presente Regulamento servem para cobrir os custos operacionais da actividade pública prestada, designadamente os



custos directos e indirectos, bem como para futuros investimentos a realizar pela autarquia local.

3 - O custo da actividade pública local, previsto na alínea a) do n.º 1 do presente artigo, é obtido pela aplicação de fórmulas diversas, com factores de ponderação que englobam, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros e amortizações.

4 - A fundamentação económico-financeira do valor das taxas, de acordo com o artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, consta do Anexo I ao presente Regulamento, dele fazendo parte integrante.

## CAPÍTULO II

### INCIDÊNCIA

#### Artigo 5.º

##### **Incidência objectiva**

As taxas previstas no presente Regulamento e Tabela incidem sobre as utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela actividade do Município previstas na Tabela de Taxas anexa.

#### Artigo 6.º

##### **Incidência subjectiva**

1 - O sujeito activo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação do pagamento das taxas previstas na Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento é o Município de S. Pedro do Sul.

2 - O sujeito passivo é a pessoa singular ou colectiva e outras entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e do presente Regulamento, esteja vinculado ao cumprimento da prestação tributária mencionada no artigo anterior.

3 - Estão sujeitos ao pagamento das presentes taxas, o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e de outras Autarquias Locais.

#### Artigo 7.º

##### **Actualização**

1 - As taxas previstas na tabela anexa são actualizadas todos os anos, no início do ano civil, mediante a aplicação do índice de preços ao consumidor, sem habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e relativo aos doze meses do ano anterior.

2 - Quando as taxas resultem de quantitativos fixados por disposição legal, serão actualizadas com os coeficientes aplicáveis às receitas do Estado.

#### Artigo 8.º

##### **Isenções e Reduções de Taxas**

1 - Estão isentas do pagamento das taxas previstas na Tabela anexa as entidades a quem a lei confira tal isenção.





2 - A Câmara Municipal, mediante fundamentação, pode, oficiosamente ou quando requerido, conceder isenções e reduções, totais ou parciais.

3 - As isenções e reduções referidas no número anterior não dispensam os interessados de requererem à Câmara Municipal as necessárias licenças, quando exigidas, nos termos da lei e dos regulamentos municipais.

4 - As associações ou fundações culturais, sociais, religiosas, desportivas, ou recreativas, com sede no concelho de São Pedro do Sul, gozarão, quando requerido e após informação fundamentada, no respectivo processo, dos serviços camarários competentes, de isenção ou redução das taxas, relativamente aos actos que se destinem à directa e imediata realização do seu objecto social.

5 - Estão ainda isentas do pagamento de taxas as empresas municipais instituídas pelo Município, relativamente aos actos e factos decorrentes da prossecução dos seus fins constantes dos respectivos estatutos, directamente relacionados com os poderes delegados pelo Município.

### CAPÍTULO III

#### DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

##### SECÇÃO I

##### PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO

##### Artigo 9.º

##### **Liquidação**

1 - A liquidação de taxas previstas na Tabela anexa consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores nela definidos e dos elementos fornecidos pelos interessados.

2 - Os valores assim obtidos serão sempre arredondados para a segunda casa decimal e são efectuados por excesso, caso o valor da casa decimal seguinte seja igual ou superior a cinco, e por defeito, no caso contrário.

3 - Àqueles valores acresce, quando devido, ainda o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), à taxa legal.

4 - Aos valores de todas as licenças emitidas acresce o imposto de selo devido nos termos da legislação em vigor.

##### Artigo 10.º

##### **Procedimento de liquidação**

1 - A liquidação das taxas constará de documento próprio, no qual se deverá fazer referência aos seguintes elementos:

- a) Identificação do sujeito activo;
- b) Identificação do sujeito passivo;
- c) Discriminação do acto, facto ou contrato sujeito a liquidação;
- d) Enquadramento na tabela de taxas;
- e) Cálculo do montante a pagar.

2 - O documento mencionado no número anterior designar-se-á por "guia de recebimento" e fará parte integrante do processo administrativo.



3 - A liquidação de taxas não precedida de processo far-se-á nos respectivos documentos de cobrança.

Artigo 11.º

**Regras específicas de liquidação**

1 - O cálculo das taxas cujo quantitativo seja indexado ao ano, mês, semana ou dia, far-se-á em função do calendário.

2 - Nos termos do disposto no número anterior considera-se semana de calendário o período de segunda-feira a domingo.

3 - A falta de pagamento das taxas suspende os actos subsequentes, salvo nos casos expressamente permitidos na lei.

Artigo 12.º

**Liquidação no caso de deferimento tácito**

São aplicáveis, no caso de deferimento tácito, as taxas previstas para o deferimento expesso.

Artigo 13.º

**Erro de liquidação**

1 - Quando se verifique ter ocorrido liquidação de taxas por valor inferior ao devido, os serviços promoverão, de imediato, a liquidação adicional, notificando o devedor, por correio registado, para, no prazo de 10 dias úteis, pagar a importância em dívida.

2 - Da notificação deverão constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante, o prazo para pagar e ainda que o não pagamento, findo, aquele prazo, implica a cobrança coerciva nos termos do artigo 19.º deste Regulamento.

3 - Quando se verifique ter havido erro de cobrança por excesso e não tenham decorridos 5 anos sobre o pagamento, deverão os serviços, independentemente de reclamação do interessado, promover de imediato a restituição da importância indevidamente paga.

Artigo 14.º

**Notificação**

1 - A liquidação será notificada ao interessado por carta registada com aviso de recepção, salvo nos casos em que, nos termos da lei, não seja obrigatória.

2 - Da notificação da liquidação deverão constar os seguintes elementos:

a) Conteúdo da deliberação ou sentido da decisão;

b) Fundamentos de facto e de direito;

c) Prazo de pagamento voluntário;

d) Meios de defesa contra o acto de liquidação;

e) Menção expressa ao autor do acto e se o mesmo foi praticado no uso de competência própria, delegada ou subdelegada;

f) A advertência de que a falta de pagamento no prazo estabelecido, quando a este haja lugar, implica a cobrança coerciva da dívida.





3 - A notificação considera-se efectuada na data em que for assinado o aviso de recepção e tem-se por efectuada na própria pessoa do notificando, mesmo quando o aviso de recepção haja sido assinado por terceiro presente no domicílio do requerente, presumindo-se neste caso que a carta foi oportunamente entregue ao destinatário.

4 - No caso de o aviso de recepção ser devolvido pelo facto de o destinatário se ter recusado a recebê-lo ou não o ter levantado no prazo previsto no regulamento dos serviços postais e não se comprovar que entretanto o requerente comunicou a alteração do seu domicílio fiscal, a notificação será efectuada nos 15 dias seguintes à devolução, por nova carta registada com aviso de recepção, presumindo-se feita a notificação se a carta não tiver sido recebida ou levantada, sem prejuízo de o notificando poder provar justo impedimento ou a impossibilidade de comunicação da mudança de residência no prazo legal.

5 - Nas situações em que seja admissível a notificação por via postal simples, os destinatários presumem-se notificados no 5º dia posterior ao do envio.

## SECÇÃO II DOS PAGAMENTOS

### Artigo 15.º

#### Forma de Pagamento

1 - As taxas são pagas na Tesouraria Municipal no dia da liquidação antes da prática ou execução do acto ou serviço, a que respeitem, exceptuando-se situações previstas em Regulamento específico ou as que envolvam a emissão de aviso de pagamento, caso em que o limite de pagamento é fixado no próprio aviso.

2 - As taxas são pagas em moeda corrente, por cheque, através das caixas ATM, por débito em conta, transferência bancária, vale postal ou por outros meios utilizados pelos serviços dos correios ou pelas instituições de crédito que a lei expressamente autorize.

3 - As taxas podem ainda ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, nos termos legais.

4 - Quando a liquidação dependa da organização de processo especial ou prévia informação, o pagamento das taxas, ou outras receitas municipais, deve ser efectuado no prazo de 30 dias a contar da data do aviso postal de deferimento do pedido, se outro não estiver fixado em disposições legais ou regulamentares.

5 - Os prazos para pagamento contam-se de forma contínua. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado, encerramento de serviços por greve e tolerância de ponto, transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

### Artigo 16.º

#### Prazos de pagamento das licenças e autorizações renováveis

1 - O pagamento das licenças renováveis faz-se, salvo se outro prazo resultar da lei ou Regulamento, nos seguintes prazos:

- a) Licenças superiores a um ano – data de emissão da respectiva licença;
- b) Licenças anuais – de 1 de Novembro a 31 de Dezembro;
- c) Licenças mensais – nos primeiros 10 dias de cada mês.

2 - A cobrança das taxas respeitantes às licenças anuais referidas na alínea b) do nº 1 é publicitada através de edital a afixar nos locais de estilo, onde consta o prazo de pagamento e as





sanções em que incorrem os sujeitos passivos pelo não pagamento das licenças que lhes sejam exigíveis nos termos legais e regulamentares em vigor.

3 - Pode ser fixado prazo de pagamento diferente para as autorizações da ocupação precária de bens de domínio público ou privado municipais a fixar no respectivo contrato ou documento que a titule.

4 - A Câmara, mediante deliberação fundamentada, pode fixar datas diferentes das previstas na alínea b) do nº 1 do presente artigo.

#### Artigo 17.º

##### **Pagamento em prestações**

1 - Pode a Câmara autorizar o pagamento em prestações desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente comprovação da situação económica do requerente que não lhe permita o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo estabelecido para pagamento voluntário.

2 - Os pedidos de pagamento em prestações devem conter a identificação do requerente, a natureza da dívida e o número de prestações pretendidas, bem como os motivos que fundamentam o pedido.

3 - No caso do deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida repartido pelo número de prestações autorizado.

4 - O pagamento de cada prestação deverá ocorrer durante o mês a que esta corresponder.

5 - A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extracção da respectiva certidão de dívida.

6 - Sem prejuízo do disposto em lei geral, o pagamento em prestações pode ser fraccionado até ao máximo de 12 vezes.

#### Artigo 18.º

##### **Juros de Mora**

Findo o prazo de pagamento voluntário das taxas, começam a vencer-se juros de mora à taxa legal em vigor.

#### Artigo 19.º

##### **Cobrança coerciva**

1 - Consideram-se em débito todas as taxas relativamente às quais o interessado usufrui de facto, do serviço ou do benefício, sem o respectivo pagamento.

2 - O não pagamento das taxas referidas no número anterior implica a extracção das respectivas certidões de dívida e seu envio aos serviços competentes, para efeitos de execução fiscal.





Artigo 20.º

**Transformação em receitas virtuais**

1 - Os títulos comprovativos das receitas provenientes das taxas previstas na tabela anexa cuja natureza o justifique poderão, mediante deliberação da Câmara Municipal, ser debitados ao tesoureiro.

2 - Seguir-se-ão, para o efeito, as regras estabelecidas para a cobrança das receitas virtuais com as necessárias adaptações.

3 - Quando as taxas, tarifas e receitas municipais cobradas forem de quantitativos uniformes, deverá a guia de receita (conhecimento de cobrança) ser escriturada com individualização, mencionando-se o seu número e valor unitário e o valor total de cobrança em cada dia.

Artigo 21.º

**Prescrição**

1 - As dívidas por taxas às autarquias locais prescrevem no prazo máximo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

2 - A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.

3 - A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano por facto não imputável ao sujeito passivo faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

CAPÍTULO IV

**CONTRA-ORDENAÇÕES**

Artigo 22.º

**Contra-Ordenações**

1 - Sem prejuízo da previsão, em cada caso, de outras formas de responsabilidade, as infracções às normas reguladoras das taxas municipais, constituem contra-ordenações previstas e puníveis nos termos legais em vigor.

2 - Compete ao Presidente da Câmara, com a faculdade de delegação em qualquer dos restantes membros da Câmara, determinar a instauração dos processos de contra-ordenação e para a aplicar as coimas nos termos da lei.

3 - Constituem contra-ordenações:

a) A prática de acto ou facto sem o prévio pagamento das taxas e outras receitas municipais, salvo nos casos expressamente permitidos;

b) A inexactidão dos elementos fornecidos pelos interessados para liquidação das taxas e outras receitas municipais;

c) A falsidade dos elementos fornecidos pelos interessados para liquidação das taxas e outras receitas municipais.

4 - Nos casos previstos na alínea a) do número anterior, aplicam-se as coimas previstas para a falta de licenciamento ou autorização, podendo haver ainda lugar à remoção da situação ilícita.





5 - No caso previsto na alínea b) do nº 3, os montantes mínimo e máximo da coima são, respectivamente, de 150 a 500 euros para as pessoas singulares e de 300 a 1 000 euros para as pessoas colectivas.

6 - A infracção prevista na alínea c) do nº 1 é punida com coima de 250 a 2 000 euros para as pessoas singulares e de 2 500 a 5 000 euros para as pessoas colectivas.

## **CAPÍTULO V**

### **GARANTIAS FISCAIS**

#### **Artigo 23.º**

##### **Garantias Fiscais**

1 - Compete à Câmara Municipal a cobrança coerciva das dívidas ao Município provenientes de taxas municipais, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o Código de Procedimento e de Processo Tributário.

2 - Os sujeitos passivos da obrigação tributária podem reclamar ou impugnar a respectiva liquidação, nos termos do Código de Processo e de Procedimento Tributário.

3 - A reclamação é deduzida perante a Câmara Municipal no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.

4 - A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.

5 - Do indeferimento tácito ou expreso cabe impugnação judicial para o Tribunal Administrativo e Fiscal da área do Município, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.

6 - A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no nº 2 do presente artigo.

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 24.º**

##### **Direito subsidiário**

Em tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Regulamento, aplicam-se subsidiária e sucessivamente os diplomas legais mencionados no art. 2 da Lei nº 53-E/2006, de 29/12, na sua redacção actual.

#### **Artigo 25.º**

##### **Interpretação**

A interpretação e integração das lacunas suscitadas na aplicação do presente Regulamento serão apreciadas pela Câmara Municipal.





Artigo 26.º

**Disposição revogatória**

Ficam revogados o anterior Regulamento e Tabela de Taxas do Município de S. Pedro do Sul e demais disposições que disponham em contrário.

Artigo 27.º

**Entrada em vigor**

O presente Regulamento e a Tabela Anexa entram em vigor quinze dias após a sua publicação nos termos legais.



## ANEXO I

### Fundamentação Económico-Financeira das Taxas Municipais

#### 1. Introdução

A Lei 53-E/2006, de 29 de Dezembro estabelece o Novo Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais. Nos termos dessa Lei (artigo 4.º n.º1) o valor das taxas deve ser fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da actividade pública local e/ou o benefício auferido pelo particular.

O valor das taxas, respeitando o princípio da proporcionalidade, pode ser fixado com base em critérios de desincentivo à prática de certos actos ou operações. As taxas municipais podem, também, incidir sobre a realização de actividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo.

O novo Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais prevê no seu artigo 8.º que o Regulamento das Taxas actualmente em vigor, sob pena de nulidade, deve ser acompanhado da respectiva fundamentação económico-financeira, designadamente os custos directos e indirectos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos a realizar pelo Município.

#### 2. Objectivos

O presente estudo visa determinar e suportar a fundamentação económico-financeira no que se refere às taxas da autarquia de São Pedro do Sul. Para tal e, de acordo com o disposto na Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, no seu artigo 8.º, número 2, alínea c), é necessário o apuramento dos custos directos e indirectos, das amortizações e futuros investimentos a realizar, sendo que a supracitada fundamentação é expressa numa matriz de custos relativa a cada taxa.

Para o cálculo do valor da taxa final devem, concorrer de forma equitativa, os 3 componentes: Económico, Envolvente/Ambiental e Social.





No presente estudo apresentamos a determinação do custo da actividade pública local – perspectiva objectiva e que pode ser quantificável, de cada uma das taxas existentes no Município de São Pedro do Sul, comparando-o com o valor da taxa praticada actualmente.

### 3. Pressupostos do Estudo

Para a elaboração deste estudo importa salientar que, visto a Contabilidade de Custos apenas ter sido implementada neste Município no início do ano de 2009, a mesma não poderia servir de único suporte a esta fundamentação da maneira pretendida, logo para além da Contabilidade de Custos (com cálculos de custos até 31 de Outubro de 2009) foram também calculados os diferentes tipos de custos através da ajuda da Contabilidade Patrimonial no ano de 2009.

O trabalho inicial, visando elaborar este relatório, foi estabelecer para cada taxa constante do Regulamento de Taxas um circuito de informação, ou seja, enumerar e descrever todo o dispêndio de recursos humanos e materiais inerentes à liquidação e cobrança de cada uma delas.

### 4. Metodologia de determinação das taxas

Atendendo ao que já foi dito sobre os objectivos do presente estudo, a abordagem metodológica assentou na justificação do custo real da actividade municipal, tendo sido agrupadas, para efeitos do estudo, as taxas da seguinte forma:

- **Grupo 1:** as taxas que resultam de um acto unicamente administrativo.

Estas taxas apresentam-se sob a forma de:

- Licenças, Averbamentos, 2ª vias e revalidações das mesmas, alvarás;
- Alterações de horário;
- Certidões,
- Fotocópias e plantas.



•**Grupo 2:** as taxas que para além do acto administrativo têm a elas associadas um acto operacional;

•**Grupo 3:** as taxas que decorrem da gestão da utilização de equipamentos e infra-estruturas de utilização colectiva.

Dentro destas taxas cabe a utilização dos Cemitérios Municipais, Pavilhão Municipal, Estádio da Pedreira e Polidesportivo da Lameira, a ocupação de via pública e ainda a publicidade.

Consoante os grupos de taxas acima referidos foram determinados os seus custos recorrendo a:

○**Grupo 1:** Ao arrolamento dos custos directos e indirectos por fase do processo administrativo;

○**Grupo 2:** À soma do referido para o grupo 1, com os custos indirectos e directos associados ao processo operacional de produção ou prestação de serviço;

○**Grupo 3:** Ao arrolamento dos custos anuais dos equipamentos municipais, reduzindo-os a indicadores de utilização à unidade de medida aplicável na taxa.

De referir que as taxas enquadradas no Grupo 3 possuem para além da componente fixa, uma variável, sendo esta última determinada segundo o coeficiente que lhe esteja subjacente nomeadamente o m<sup>2</sup>, a hora, o km; tais situações serão explicitadas no relatório detalhado da fundamentação das taxas.

## 5. Método de apuramento do custo real da actividade pública local

Os custos da actividade económica representam todos os custos decorrentes dos processos administrativos necessários à execução do serviço público. Dentro destes podemos distinguir aqueles que são directamente imputados a uma actividade específica – os custos directos -, e aqueles que não sendo de imputação directa à actividade, têm de ser suportados para o funcionamento global do sistema – custos indirectos.

Os custos directos são todos os custos suportados pela acção directa do trabalhador (mão de obra directa), e dos gastos dos materiais (incluindo-se neste rol, material de economato, as manutenções das aplicações informáticas, custos com amortizações e a conservação de

equipamentos directamente afectos) para a execução da tarefa, que é entregue em forma de taxa ao utente.

Para o cálculo do custo da mão de obra directa foi considerado um tempo médio para a execução da tarefa que, multiplicado pelos custos minuto dos trabalhadores envolvidos directamente na mesma, dá-nos o custo total da mão de obra directa. Para o cálculo dos custos dos materiais foi efectuado o mesmo raciocínio, tendo-se chegado a custos minuto que depois foram multiplicados pelos tempos médios de execução de cada tarefa.

Entraram para o cálculo dos custos indirectos, os custos com a mão de obra indirecta (Vereadores e Presidente), os custos com electricidade, gastos postais, vigilância e segurança, limpeza e higiene, seguros e medicina no trabalho, o custo da apreciação pela Câmara Municipal (quando fôr o caso) e ainda os custos de cobrança e liquidação (guia de receita).

### 5.1. Custos dos processos administrativos e operacionais

A fórmula utilizada para o cálculo do custo total do processo administrativo e operacional foi:

$$C_{PAO} = TM * (C_{MOD} + C_{MAT/AMORT} + C_{MAQV} + C_{OUTC} + C_{IND})$$

- TM – Tempo médio de execução (em minutos);
- CMOD – Custo da mão da obra directa por minuto, em função da categoria profissional respectiva;
- CMAT/AMORT – Custo de materiais e amortizações dos bens afectos directamente envolvidos no processo, por minuto – designado doravante por Enxoval 1;
- CMAQV – Custo de Máquinas e Viaturas por minuto;
- COUTC – Outros custos directos que não tenham sido referidos nos anteriores custos;
- CIND – Custos indirectos envolvidos no processo – Guia de Receita, Custos relacionados com as instalações – Enxoval 2, Custo de apreciação pela Câmara Municipal e Custos com Órgãos Autárquicos (mão de obra).



## 5.2. Cálculo do custo de mão obra directa (custo unitário por minuto)

O custo anual de cada trabalhador (Cat) é apurado através da soma dos encargos com remunerações (ENC REM) com o subsídio de alimentação (SUB ALIM), as despesas de representação - quando a elas houver lugar - (DES REP), os seguros (SEGUROS) e outros encargos com o pessoal (OUT ENC).

Assim temos que,

$$\text{Cat} = \text{ENC REM} + \text{SUB ALIM} + \text{DES REP} + \text{SEGUROS} + \text{OUT ENC}$$

Tendo-se apurado os custos anuais de cada trabalhador o passo seguinte era converter este custo anual num custo por minuto. Assim e considerando a existência de 9 feriados em 2009 e 25 dias de férias, temos que:

Minutos de trabalho anual = N.º semanas/ano \* N.º minutos semana - n.º minutos perdidos por semana com férias e feriados

$$\text{Minutos de trabalho anual} = [52 * (5 * 7 * 60)] - [(25 + 9) * 7 * 60] = 94920$$

Então, o custo da mão de obra por minuto é =  $\frac{\text{Custos totais anuais funcionário}}{94920}$

94920

De referir que para este processo foram determinados custos minutos médios por categoria profissional, visto que um processo administrativo requer o envolvimento de várias categorias de trabalhadores.

## 5.3. Cálculo do custo do Enxoval 1 (Materiais e Amortizações de Equipamentos)

Para o cálculo do custo do Enxoval 1 foram incorporados os seguintes custos:

- Aplicações Informáticas – através do custo médio por minuto do custo da manutenção de todas as aplicações informáticas;
- Material de economato – arrolando um conjunto de bens que necessariamente fazem parte de um processo administrativo (canetas, lápis, papel, tinteiros, *toners*, etc.) chegou-se também a um custo minuto deste material;

• Amortizações de equipamentos – na mesma perspectiva que o material de economato chegou-se também a um custo minuto de um conjunto de equipamentos (cadeira, secretária, computador, licença de *software*, etc.) necessários à prossecução do processo administrativo. Neste item entrou ainda o custo minuto da reparação/conservação que foi de 2,5% do valor de cada equipamento que entrou neste rol.

#### 5.4. Cálculo dos custos com Máquinas e Viaturas

Sempre que numa prestação tributável seja necessária a utilização de viaturas para a sua concretização, designadamente em sede de vistorias e demais deslocações, foi definido um percurso médio em Km e em minutos, visando assim criar uma justiça relativa para todos os Municípios independentemente da localização da pretensão no espaço do Concelho. Chegou-se assim a uma distância média de 16 Km, valor do percurso de ida e volta.

Para se chegar ao custo médio do Km teve-se em atenção, em primeiro lugar, as viaturas que são utilizadas para fazer tal verificação e, apurando-se um custo médio total de todas, dividiu-se o mesmo pelo número de Km médios percorridos desde Janeiro a Outubro de 2009. Os custos Km/viaturas foram calculados da seguinte maneira:

$$\text{Custo KM/Viatura} = \frac{\sum \text{Custos (Amort.+Pneus+Combustível+Seguro+Manut.+Outros custos)}}{\text{Km médios percorridos desde Jan/2009 a Out/2009}}$$

#### 5.5. Cálculo dos Custos Indirectos

Para o apuramento do custo minuto dos Custos Indirectos entrou-se em linha de conta com 3 aspectos:

- A parametrização do custo da emissão de uma guia de receita;
- O arrolamento de vários custos a saber - electricidade, limpeza e higiene, comunicações, rendas, seguros, medicina no trabalho, etc. - e sua imputação (ao minuto) às instalações onde



será feito o respectivo processo administrativo;

- A parametrização do custo de uma ida de um processo a uma reunião do executivo da Câmara Municipal, quando a tal houver lugar.
- O custo da Mão-de-obra relacionada com os Órgãos Autárquicos – Presidente da Câmara e/ou Vereador com competências delegadas.

## 5.6. Custos com a gestão de bens e equipamentos de utilização colectiva

Como se trata de casos muito específicos e variados, reserva-se a sua explicação para quando houver lugar a ela no relatório detalhado da fundamentação das taxas.

## 6. Relatório detalhado da fundamentação das taxas

### 6.1. Capítulo I – Serviços Administrativos

Neste capítulo, as taxas enquadram-se no Grupo 1 – as que decorrem de um acto administrativo, com excepção dos n.º 3, n.º 11 alínea a), alínea b) e alínea f) e n.º 15 do artigo 1.º que se enquadram no Grupo 2 – as que decorrem de um acto administrativo adicionado de um processo operacional. Todo o n.º 14 do artigo 1.º - Novo Regime do Arrendamento Urbano – está definido pelo Decreto-lei n.º 161/2006, de 8 de Agosto, pela que se escusa a sua fundamentação.

Designação			Custos Directos					Custos Indirectos		Total do Custo (8)=(5)+(7)	Taxa proposta	Custo social suportado pelo Município	Benefício auferido pelo particular	Desincentivo
			MOD (1)	Materiais e outros custos (Enxoval) (2)	Máquinas e Viaturas (3)	Outros custos Directos (Enxoval) (4)	Total custos Directos (5)=(1)+(2)+(3)+(4)	Custos indirectos (M.O. e Encargos de cobrança) (6)	Total de Custos Indirectos (7)					
Artigo n.º	N.º	Alínea												
Artigo 1.º	1			5,35 €	0,26 €	0,00 €	3,09 €	8,70 €	4,33 €	4,33 €	13,03 €	13,03 €		
Artigo 1.º	2	a)		4,00 €	0,20 €	0,00 €	0,64 €	4,84 €	2,36 €	2,36 €	7,20 €	7,20 €		
Artigo 1.º	2	b)		0,83 €	0,05 €	0,00 €	0,20 €	1,08 €	0,00 €	0,00 €	1,08 €	1,08 €		
Artigo 1.º	3			14,90 €	0,50 €	3,84 €	1,5 €	20,39 €	2,36 €	2,36 €	22,75 €	22,75 €		
Artigo 1.º	4	a)		4,00 €	0,20 €	0,00 €	0,64 €	4,84 €	2,36 €	2,36 €	7,20 €	3,60 €	50%	
Artigo 1.º	4	b)		0,83 €	0,05 €	0,00 €	0,20 €	1,08 €	0,00 €	0,00 €	1,08 €	1,08 €		
Artigo 1.º	5	a)		1,28 €	0,03 €	0,00 €	0,49 €	1,80 €	0,86 €	0,86 €	2,66 €	1,23 €	50%	
Artigo 1.º	5	a)										2,00 €		
Artigo 1.º	5	b)		1,28 €	0,02 €	0,00 €	0,49 €	1,79 €	0,86 €	0,86 €	2,45 €	1,47 €	40%	
Artigo 1.º	5	b)										2,00 €		
Artigo 1.º	5	c)		2,02 €	3,43 €	0,00 €	0,52 €	5,97 €	1,5 €	1,5 €	7,47 €	7,47 €		
Artigo 1.º	6	a)		0,23 €	0,02 €	0,00 €	0,82 €	0,87 €	1,5 €	1,5 €	2,02 €	2,02 €		
Artigo 1.º	6	b)		0,23 €	0,02 €	0,00 €	0,82 €	0,87 €	1,5 €	1,5 €	2,02 €	2,02 €		
Artigo 1.º	7	a)		100 €	0,07 €	0,00 €	2,19 €	3,26 €	1,5 €	1,5 €	4,41 €	0,00 €	100%	
Artigo 1.º	7	b)		100 €	0,07 €	0,00 €	2,19 €	3,26 €	1,5 €	1,5 €	4,41 €	4,41 €		
Artigo 1.º	8	a)		5,00 €	2,01 €	0,00 €	1,64 €	8,65 €	4,79 €	4,79 €	13,44 €	13,44 €		
Artigo 1.º	8	b)		5,00 €	2,01 €	0,00 €	1,64 €	8,65 €	4,79 €	4,79 €	13,44 €	13,44 €		
Artigo 1.º	9			4,20 €	0,18 €	0,00 €	4,59 €	8,97 €	1,81 €	1,81 €	10,78 €	10,78 €		
Artigo 1.º	10			5,35 €	0,26 €	0,00 €	3,09 €	8,70 €	4,33 €	4,33 €	13,03 €	13,03 €		
Artigo 1.º	11	a)		19,26 €	0,80 €	3,84 €	12,19 €	36,09 €	1,5 €	1,5 €	37,24 €	37,24 €		
Artigo 1.º	11	b)										2,92 €		
Artigo 1.º	11	c)		18,47 €	0,75 €	3,84 €	11,38 €	34,44 €	1,55 €	1,55 €	35,99 €	35,99 €		
Artigo 1.º	11	d)										2,92 €		
Artigo 1.º	11	e)		5,23 €	0,21 €	0,00 €	0,68 €	6,12 €	3,12 €	3,12 €	9,24 €	9,24 €		
Artigo 1.º	11	f)		15,01 €	0,00 €	3,84 €	0,00 €	18,85 €	0,00 €	0,00 €	18,85 €	18,85 €		
Artigo 1.º	12	a)		3,56 €	0,18 €	0,00 €	0,56 €	4,30 €	3,12 €	3,12 €	7,42 €	7,42 €		
Artigo 1.º	12	b)		3,56 €	0,18 €	0,00 €	0,56 €	4,30 €	3,12 €	3,12 €	7,42 €	7,42 €		
Artigo 1.º	13	a)		5,23 €	0,21 €	0,00 €	0,68 €	6,12 €	28,82 €	28,82 €	34,74 €	34,74 €		
Artigo 1.º	13	b)		188 €	0,15 €	0,00 €	0,44 €	2,47 €	28,82 €	28,82 €	31,09 €	31,09 €		
Artigo 1.º	14	a)										DL 1512008		
Artigo 1.º	14	b)										DL 1512008		
Artigo 1.º	14	c)												
Artigo 1.º	15			17,49 €	0,84 €	2,88 €	0,68 €	21,89 €	3,12 €	3,12 €	25,01 €	25,01 €		
Artigo 1.º	16			6,92 €	0,43 €	0,00 €	6,50 €	13,85 €	1,55 €	1,55 €	15,40 €	9,24 €	40%	
Artigo 1.º	17			5,35 €	0,26 €	0,00 €	3,09 €	8,70 €	4,33 €	4,33 €	13,03 €	7,82 €	40%	

## 6.2. Capítulo II – Competências Diversas

Neste capítulo as taxas enquadram-se no Grupo 1 – as que decorrem de um acto administrativo com excepção do artigo 6.º n. 4 alíneas a) e b) e n.º 6 do mesmo artigo e artigo 9.º números 1 e 2, que se enquadram no Grupo 2 – as que decorrem de um acto administrativo adicionado de um processo operacional.



Designação			Custos Directos				Custos Indirectos		Total do Custo (8)=(6)+(7)	Taxa proposta	Custo social suportado pelo Município	Benefício auferido pelo particular	Desincentivo
			MOD (1)	Materiais e outros custos (Enxoval) (2)	Máquinas e Viaturas (3)	Outros custos Directos (Enxoval) (4)	Total custos Directos (5)=(1)+(2)+(3)+(4)	Custos indirectos (MOI e Encargos de cobrança) (6)	Total de Custos Indirectos (7)				
Artigo n.º	N.º	Alínea											
Artigo 2º	1		3,56 €	0,18 €	0,00 €	0,56 €	4,30 €	28,62 €	28,62 €	32,92 €	6,75 €	40%	
Artigo 2º	2		2,71 €	0,18 €	0,00 €	0,36 €	3,20 €	3,12 €	3,12 €	6,32 €	6,32 €		
Artigo 3º	1		3,56 €	0,18 €	0,00 €	0,56 €	4,30 €	3,12 €	3,12 €	7,42 €	7,42 €		
Artigo 3º	2		3,56 €	0,05 €	0,00 €	0,20 €	3,81 €	3,12 €	3,12 €	6,93 €	6,93 €		
Artigo 3º	3		3,56 €	0,06 €	0,00 €	0,20 €	3,81 €	3,12 €	3,12 €	6,93 €	6,93 €		
Artigo 4º	1		3,56 €	0,18 €	0,00 €	0,56 €	4,30 €	3,12 €	3,12 €	7,42 €	7,42 €		
Artigo 4º	2		3,56 €	0,05 €	0,00 €	0,20 €	3,81 €	3,12 €	3,12 €	6,93 €	6,93 €		
Artigo 5º	1		5,23 €	0,21 €	0,00 €	0,68 €	6,12 €	3,12 €	3,12 €	9,24 €	9,24 €		
Artigo 6º	1		3,56 €	0,18 €	0,00 €	0,56 €	4,30 €	28,62 €	28,62 €	32,92 €	32,92 €		
Artigo 6º	2		3,56 €	0,05 €	0,00 €	0,56 €	4,17 €	3,12 €	3,12 €	7,29 €	7,29 €		
Artigo 6º	3		3,56 €	0,18 €	0,00 €	0,56 €	4,30 €	3,12 €	3,12 €	7,42 €	7,42 €		
Artigo 6º	4	a)	10,14 €	0,53 €	2,88 €	0,80 €	14,35 €	3,12 €	3,12 €	17,47 €	17,47 €		
Artigo 6º	4	b)	10,14 €	0,53 €	2,88 €	0,80 €	14,35 €	3,12 €	3,12 €	17,47 €	17,47 €		
Artigo 8º	5		3,56 €	0,18 €	0,00 €	0,56 €	4,30 €	3,12 €	3,12 €	7,42 €	7,42 €		
Artigo 8º	6		10,14 €	0,53 €	2,88 €	0,80 €	14,35 €	3,12 €	3,12 €	17,47 €	17,47 €		
Artigo 7º	1	a)	5,64 €	0,24 €	0,00 €	0,80 €	6,68 €	3,12 €	3,12 €	9,80 €	4,90 €	50%	
Artigo 7º	1	b)									2,92 €		
Artigo 7º	2	a)	188 €	0,56 €	0,00 €	0,44 €	2,47 €	3,12 €	3,12 €	5,59 €	2,80 €	50%	
Artigo 7º	2	b)									2,92 €		
Artigo 8º	1		188 €	0,56 €	0,00 €	0,44 €	2,47 €	28,62 €	28,62 €	31,09 €	24,87 €	20%	
Artigo 8º	2										2,92 €		
Artigo 9º	1		17,49 €	0,84 €	2,88 €	0,68 €	21,89 €	3,12 €	3,12 €	25,01 €	12,51 €	50%	
Artigo 9º	2		17,49 €	0,84 €	2,88 €	0,68 €	21,89 €	3,12 €	3,12 €	25,01 €	17,51 €	30%	
Artigo 10º	1		3,56 €	0,18 €	0,00 €	0,56 €	4,30 €	3,12 €	3,12 €	7,42 €	7,42 €		
Artigo 10º	2		3,56 €	0,05 €	0,00 €	0,20 €	3,81 €	3,12 €	3,12 €	6,93 €	6,93 €		
Artigo 11º	1	a)	3,56 €	0,18 €	0,00 €	0,56 €	4,30 €	3,12 €	3,12 €	7,42 €	2,97 €	60%	
Artigo 11º	1	b)	3,56 €	0,18 €	0,00 €	0,56 €	4,30 €	3,12 €	3,12 €	7,42 €	35,10 €		373,05%
Artigo 12º	1		2,99 €	0,17 €	0,00 €	2,86 €	6,02 €	3,12 €	3,12 €	9,14 €	5,48 €	40%	
Artigo 12º	2		2,99 €	0,17 €	0,00 €	2,86 €	6,02 €	3,12 €	3,12 €	9,14 €	5,48 €	40%	
Artigo 12º	3		2,99 €	0,17 €	0,00 €	2,86 €	6,02 €	3,12 €	3,12 €	9,14 €	5,48 €	40%	

Nota 1: Relativamente ao artigo 12.º – Ascensores, mota-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, existe entre este Município e a AIPEL – Associação de Inspectores Portuenses de Elevadores um protocolo de prestação de serviços de inspecção periódica; nos termos desse protocolo o Município efectua o pagamento à AIPEL de 45€ acrescidos de IVA à taxa em vigor por cada inspecção periódica e, 24,75€ acrescidos de IVA à taxa em vigor por cada reinspecção periódica. Ainda segundo o mesmo protocolo as inspecções periódicas extraordinárias terão o mesmo valor das inspecções periódicas.

### 6.3. Capítulo III – Ocupação da Via Pública por Motivo de Obras

As duas taxas deste capítulo enquadram-se no Grupo 2 – as que decorrem de um acto administrativo adicionado de um processo operacional e no Grupo 3 – as que decorrem da gestão de bens de utilização colectiva. No entanto, para além do apuramento dos custos dos processos



administrativo e operacional, geralmente associados aos procedimentos de apreciação dos processos, procurou-se apurar o custo associado à utilização da via pública para uso particular, através do cálculo do custo imputável por área ocupada e por período de ocupação.

Assim, face à dificuldade na escolha do método ideal, optou-se pela imputação ao particular do custo médio suportado pelo Município relativo à rede viária, aos arruamentos e as infra-estruturas complementares. Através do Sistema de Contabilidade de Custos apurou-se o custo total das infra-estruturas correspondentes à via pública, no exercício de 2009, apurando-se, com base neste, o custo médio por m<sup>2</sup> da área considerada no apuramento e por dia de ocupação.

Designação			Custos Directos				Custos Indirectos		Total do Custo (6)+(7)+(8)+(9)	Custo de ocupação de via pública (por m <sup>2</sup> e Dia) (9)	Total Global	Taxa proposta	Custo social suportado pelo Município	Benefício auferido pelo particular	Desincentivo
			MOD (1)	Materiais e outros custos (Emoval) (2)	Máquinas e Viaturas (3)	Outros custos Directos (Emoval) (4)	Total custos Directos (5)=(1)+(2)+(3)+(4)	Custos Indirectos (MOI e Encargos de cobrança) (6)							
Artigo n.º	N.º	Alínea													
Artigo 0º	1		1152 €	0,67 €	3,84 €	3,99 €	20,02 €	2,77 €	2,77 €	22,79 €		11,40 €	50%		
Artigo 3º	2									0,15 €	0,15 €	0,20 €			36,00%
Artigo 4º	1		1152 €	0,67 €	3,84 €	3,99 €	20,02 €	2,77 €	2,77 €	22,79 €		11,40 €	50%		
Artigo 4º	2									0,15 €	0,15 €	0,25 €			55,00%

## 6.4. Capítulo IV - Cemitérios

As taxas deste capítulo inserem-se no Grupo 1 – as que decorrem de um acto administrativo (unicamente administrativas temos o n.º 4 do artigo 15.º, os n.º 1, 2 e 3 do artigo 19.º, o artigo 21.º, o n.º 4 do artigo 22.º, o n.º 1 do artigo 24.º e o artigo 26.º e no Grupo 3 – as que decorrem da gestão de bens de utilização pública. Para se estimar o valor da concessão e correspondente ocupação da área dos terrenos dos cemitérios municipais para sepulturas e outras infra-estruturas apurou-se o custo total médio anual do Município com os cemitérios da Cidade e da Pedreira, com base nos dados obtidos pelo Sistema de Contabilidade de Custos. A este valor foi ainda acrescentado o valor médio anual por m<sup>2</sup> de terreno tendo como referência o índice obtido por avaliação oficial para o seu valor patrimonial, dividido pelo factor 12 (método adaptado do código do IMI), obtendo-se assim, o equivalente à sua valorização anual.



	Municipal da Cidade	Pedreira
Área Total do Cemitério em M <sup>2</sup>	2831,86	8100
Área de 1 sepultura em M <sup>2</sup>	1,4	2,4
Área de 1 jazigo em M <sup>2</sup>	9	
Área de 1 ossário em M <sup>2</sup>		6,54
N.º de Sepulturas		504
N.º de Ossários (Gavetas para Ossadas no Cemitério Municipal da Cidade)	126	1200
Anos de Concessão Temporária	50	30
Área de ocupação total das gavetas pequenas para ossadas em M2	10,43	
Área de ocupação total das gavetas horizontais para Exumações	39,22	
N.º Gavetas Horizontais para Exumações	90	

Designação				Custos Directos				Custos Indirectos		Total de Custos (8)=(4)+(7)	Ocupação/Utilização	Total Global	Taxa proposta	Custo social suportado pelo Município	Benefício auferido pelo particular	Desincentivo
Secção n.º	Artigo n.º	N.º	Alínea	MOD (1)	Materiais e outros custos (Enxoval) (2)	Máquinas e Viaturas (3)	Outros custos Directos (Enxoval) (4)	Total custos Directos (4)=(1)+(2)+(3)+(4)	Custos Indirectos (MOI e Enxoval de cobrança) (6)	Total de Custos Indirectos (7)						
Secção I	Artigo 1º	1			12,06 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	2,75 €	2,36 €	2,36 €	5,11 €	23,65 €	38,76 €	100,00 €	
Secção I	Artigo 1º	2			12,06 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	2,75 €	2,36 €	2,36 €	5,11 €	23,65 €	25,157 €	104,34 €	68%
Secção I	Artigo 1º	3	a)		9,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9,07 €	0,00 €	0,00 €	9,07 €	9,07 €	36,28 €		300%
Secção I	Artigo 1º	3	b)		4,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4,53 €	0,00 €	0,00 €	4,53 €	4,53 €	13,09 €		200%
Secção I	Artigo 1º	4			2,99 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	7,88 €	13,92 €	55,89 €	300%
Secção I	Artigo 1º	1	a)										1520,00 €	1520,00 €	532,04 €	65%
Secção I	Artigo 1º	1	b)										1520,00 €	1520,00 €	458,03 €	70%
Secção I	Artigo 1º	1	c)													
Secção I	Artigo 1º	2			6,52 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	7,11 €	2,36 €	2,36 €	9,47 €	9,47 €	396,39 €		4000%
Secção I	Artigo 1º	1			14,34 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	15,03 €	2,36 €	2,36 €	17,39 €	17,39 €	104,34 €		500%
Secção I	Artigo 1º	2			14,34 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	15,03 €	2,36 €	2,36 €	17,39 €	17,39 €	104,34 €		500%
Secção I	Artigo 1º	1	a)		2,99 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	6,04 €	52,84 €		2000%
Secção I	Artigo 1º	1	b)		2,99 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	6,04 €	96,64 €		500%
Secção I	Artigo 1º	2	a)		2,99 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	6,04 €	480,24 €		8000%
Secção I	Artigo 1º	2	b)		2,99 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	3,36 €	3,36 €	7,04 €	7,04 €	429,44 €		6000%
Secção I	Artigo 1º	1			2,99 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	58,30 €	62,34 €	60,91 €	10%
Secção I	Artigo 1º	3			2,99 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	28,5 €	28,5 €	42,23 €	50%
Secção I	Artigo 2º	1			14,34 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	15,03 €	2,36 €	2,36 €	17,39 €	28,5 €	34,89 €	512,9 €	50%
Secção I	Artigo 2º	2											141 €	11,80 €	65,79 €	250%
Secção I	Artigo 2º				13,20 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	13,89 €	2,36 €	2,36 €	16,25 €	70,38 €	70,38 €	633,38 €	800%
Secção II	Artigo 22º	1	11		12,55 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	13,24 €	2,36 €	2,36 €	15,60 €	16,25 €	48,75 €		200%
Secção II	Artigo 22º	1	12		12,55 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	13,24 €	2,36 €	2,36 €	15,60 €	40,54 €	56,14 €	100,00 €	78%
Secção II	Artigo 22º	1	13		12,55 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	13,24 €	2,36 €	2,36 €	15,60 €	81,07 €	96,67 €	175,00 €	81%
Secção II	Artigo 22º	2	21		12,55 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	13,24 €	2,36 €	2,36 €	15,60 €	117,21 €	250,00 €		82%
Secção II	Artigo 22º	2	22		12,55 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	13,24 €	2,36 €	2,36 €	15,60 €	524,34 €	539,94 €	1500,00 €	175%
Secção II	Artigo 22º	2	23		12,55 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	13,24 €	2,36 €	2,36 €	15,60 €	524,34 €	539,94 €	2.625,00 €	386%
Secção II	Artigo 22º	2	24		2,99 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	524,34 €	539,94 €	3.750,00 €	595%
Secção II	Artigo 22º	3	a)		9,07 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9,07 €	0,00 €	0,00 €	9,07 €	405,36 €			
Secção II	Artigo 22º	3	b)		4,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4,53 €	0,00 €	0,00 €	4,53 €		9,07 €	38,20 €	300%
Secção II	Artigo 22º	4			2,99 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	4,53 €	15,59 €		200%
Secção II	Artigo 23º	1			64,85 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	65,34 €	2,36 €	2,36 €	67,70 €	13,51 €	81,21 €	127,09 €	550%
Secção II	Artigo 23º	2			64,85 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	65,34 €	2,36 €	2,36 €	67,70 €		67,70 €	203,00 €	200%
Secção II	Artigo 24º	1			2,99 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	67,70 €	67,70 €	203,00 €	200%
Secção II	Artigo 25º	1			55,09 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	55,78 €	2,36 €	2,36 €	58,14 €	78,82 €	84,86 €	119,72 €	100%
Secção II	Artigo 25º	2											36,82 €	94,96 €	114,46 €	10%
Secção II	Artigo 25º				33,82 €	0,07 €	0,00 €	0,52 €	34,51 €	2,36 €	2,36 €	36,87 €	184101 €	184101 €	552,30 €	70,00%
													36,87 €	47,93 €		30,00%



## 6.5. Capítulo V – Outras Ocupações do Domínio Público

Neste capítulo as taxas enquadram-se no Grupo 2 - as que decorrem de um acto administrativo adicionado de um processo operacional e no Grupo 3 – as que decorrem da gestão de bens de utilização pública. A excepção a esta regra é o artigo 30.º visto tratar-se uma taxa meramente administrativa.

No que diz respeito à ocupação do espaço aéreo, optou-se por se utilizar um valor baseado no apurado para a ocupação da via pública (solo), mas com critérios diferenciados, atendendo ao seu maior impacto no domínio público e às suas características específicas. No caso das antenas de operadores de telemóveis é aplicado, por ano, o valor correspondente ao valor de ocupação da via pública por um período temporal de 12 anos, no caso de estarem instaladas no domínio público, ou por um período de 6 anos, no caso de serem instaladas em propriedade particular, dadas as dificuldades na sua mensuração e ao elevado impacto público visual e às características associadas à difusão que operam. Nas restantes ocupações do espaço aéreo deu-se maior importância ao impacto das diversas infra-estruturas no domínio público, considerando as dificuldades de medição das mesmas em certas tipologias, procurando sempre fazer corresponder a dimensão ocupada em espaço aéreo com semelhante ocupação em solo, ainda que em diferente proporção, para imputação do valor da ocupação.

Nas ocupações do solo por infra-estruturas não mensuráveis por  $m^2$ , mas apenas por metro linear, foi tida em conta a sua dimensão e impacto no solo de domínio público, aplicando-se uma redução no valor da ocupação da via pública proporcional à redução da dimensão média.

Nas ocupações do subsolo foram aplicados igualmente os valores de referência para a ocupação da via pública, com redução do valor para infra-estruturas que, pelo facto de serem subterrâneas, não causam impacto relevante, quer visual, quer na mobilidade pública.



Designação			Custos Directos					Custos Indirectos		Total do Custo (8)=(5)+(7)	Custo de ocupação/ utilização de domínio público	Total Global	Taxa proposta	Custo social suportado pelo Município	Benefício auferido pelo particular
			MOD (1)	Materiais e outros custos (Enxoval) (2)	Máquinas e Viaturas (3)	Outros custos Directos (Enxoval) (4)	Total custos Directos (5)=(1)+(2) +(3)+(4)	Custos Indirectos (MOI e Enxoval de cobrança) (6)	Total de Custos Indirectos (7)						
Artigo n.º	N.º	Alínea													
Artigo 27º	1		18,37 €	0,79 €	2,88 €	4,81 €	26,85 €	2,77 €	2,77 €	29,62 €		29,62 €	14,81 €	50%	
Artigo 27º	2.1	a)									656,88 €	656,88 €	656,88 €		
Artigo 27º	2.1	b)									328,44 €	328,44 €	328,44 €		
Artigo 27º	2.12	a)									656,88 €	656,88 €	262,75 €	80,00%	
Artigo 27º	2.12	b)									328,44 €	328,44 €	131,38 €	60,00%	
Artigo 27º	2.2										5,47 €	5,47 €	3,01 €	45,00%	
Artigo 27º	3										109 €	109 €	0,76 €	30,00%	
Artigo 27º	4										6,30 €	6,30 €	6,30 €		
Artigo 27º	5										5,47 €	5,47 €	6,56 €		
Artigo 27º	6										5,47 €	5,47 €	5,47 €		
Artigo 27º	7										5,47 €	5,47 €	191 €	65,00%	
Artigo 27º	8	a)									105 €	105 €	6,30 €		
Artigo 27º	8	b)									105 €	105 €	22,05 €		
Artigo 27º	9										5,47 €	5,47 €	10,94 €		
Artigo 27º	10										54,74 €	54,74 €	32,84 €	40,00%	
Artigo 28º	1		18,37 €	0,79 €	2,88 €	4,81 €	26,85 €	2,77 €	2,77 €	29,62 €		29,62 €	14,81 €	50,00%	
Artigo 28º	2										27,37 €	27,37 €	19,15 €	30,00%	
Artigo 28º	3										27,37 €	27,37 €	19,15 €	30,00%	
Artigo 28º	4										27,37 €	27,37 €	6,84 €	75,00%	
Artigo 28º	5										4,50 €	4,50 €	27,00 €		
Artigo 28º	1		18,37 €	0,79 €	2,88 €	4,81 €	26,85 €	2,77 €	2,77 €	29,62 €		29,62 €	14,81 €	50,00%	
Artigo 29º	2										2,19 €	2,19 €	2,19 €		
Artigo 29º	3	a)									2,25 €	2,25 €	2,25 €		
Artigo 29º	3	b)									0,07 €	0,07 €	0,77 €		
Artigo 29º	3	c)									2,25 €	2,25 €	9,00 €		
Artigo 29º	3	d)									27,37 €	27,37 €	27,37 €		
Artigo 29º	4										4,50 €	4,50 €	2,25 €	50,00%	
Artigo 29º	5										4,50 €	4,50 €	2,25 €	50,00%	
Artigo 29º	6										4,50 €	4,50 €	4,50 €		
Artigo 29º	7	a)									2,19 €	2,19 €	0,55 €	75,00%	
Artigo 29º	7	b)									2,19 €	2,19 €	1,10 €	50,00%	
Artigo 29º	8										4,50 €	4,50 €	13,50 €		
Artigo 29º	9										4,50 €	4,50 €	13,50 €		
Artigo 29º	10										54,74 €	54,74 €	16,42 €	70,00%	
Artigo 29º	11										4,50 €	4,50 €	2,25 €	50,00%	
Artigo 29º	12										4,50 €	4,50 €	4,50 €		
Artigo 30º			183 €	0,15 €	0,00 €	0,74 €	2,72 €	2,36 €	2,36 €	5,08 €		5,08 €	5,08 €		

## 6.6. Capítulo VI – Publicidade

Neste capítulo as taxas enquadram-se nas do Grupo 2 - as que decorrem de um acto administrativo adicionado de um processo operacional e nas do Grupo 3 – as que decorrem da gestão da utilização de bens públicos. A excepção é o artigo 45.º, visto tratar-se de uma taxa unicamente administrativa. Considerando que o impacto público obtido pela difusão de publicidade é dificilmente quantificável, face à multiplicidade de formas de divulgação e meios utilizados e pela incerteza sobre o impacto económico e social junto dos particulares, foi utilizado o valor total



apurado dos custos directos e indirectos relacionados com os processos administrativos e operacionais, como referência. Para meios com diferentes impactos sonoros ou visuais, esses custos foram aplicados, funcionando como factor diferenciador o período de divulgação. Foram igualmente utilizados coeficientes de desincentivo e incentivo ou benefício social por forma a minimizar os impactos provocados e a proliferação de material e equipamentos meramente publicitários.

Designação			Custos Directos				Custos Indirectos		Total do Custo (6)+(7)+(8)+(9)	Impacto (factor diferenciador)	Total Global	Taxa proposta	Custo social suportado pelo Município	Benefício auferido pelo particular	Desincentivo
			MOD. (1)	Materiais e outros custos (Enxoval) (2)	Máquinas e Viaturas (3)	Outros custos Directos (Enxoval) (4)	Total custos Directos (5)=(1)+(2)+(3)+(4)	Custos Indirectos (MOI e Encargos de sobrança) (6)							
Artigo n.º	N.º	Alínea													
Artigo 3º	1		8,37 €	0,79 €	2,88 €	4,81 €	26,85 €	2,77 €	2,77 €	29,62 €	29,62 €	4,81 €	50%		
Artigo 3º	2	a)								0,98 €	0,98 €	2,94 €			200%
Artigo 3º	2	b)								6,86 €	6,86 €	11,29 €			50%
Artigo 3º	2	c)								29,62 €	29,62 €	29,62 €			
Artigo 32º	1		8,37 €	0,79 €	2,88 €	4,81 €	26,85 €	2,77 €	2,77 €	29,62 €	29,62 €	4,81 €	50%		
Artigo 32º	2	a)								0,98 €	0,98 €	1,96 €			100%
Artigo 32º	2	b)								6,86 €	6,86 €	8,58 €			25%
Artigo 32º	2	c)								29,62 €	29,62 €	9,77 €	40%		
Artigo 32º	3									6,86 €	6,86 €	6,86 €			
Artigo 32º	4									0,98 €	0,98 €	0,39 €	60%		
Artigo 32º	5									0,98 €	0,98 €	0,98 €			
Artigo 33º	1		8,37 €	0,79 €	2,88 €	4,81 €	26,85 €	1,77 €	1,77 €	28,62 €	28,62 €	4,31 €	50%		
Artigo 33º	2									4,81 €	4,81 €	7,41 €	50%		
Artigo 33º	3									4,81 €	4,81 €	4,81 €			
Artigo 33º	4									4,81 €	4,81 €	9,25 €			30%
Artigo 34º	1		8,37 €	0,79 €	2,88 €	4,81 €	26,85 €	1,77 €	1,77 €	28,62 €	28,62 €	4,31 €	50%		
Artigo 34º	2									4,81 €	4,81 €	7,41 €	50%		
Artigo 34º	3									4,81 €	4,81 €	4,81 €			
Artigo 34º	4									2,46 €	2,46 €	2,29 €			
Artigo 34º	5									2,46 €	2,46 €	12,30 €			400%
Artigo 35º	1		8,37 €	0,79 €	2,88 €	4,81 €	26,85 €	1,77 €	1,77 €	28,62 €	28,62 €	4,31 €	50%		
Artigo 35º	2									0,59 €	0,59 €	1,77 €			200%
Artigo 36º	1		8,37 €	0,79 €	2,88 €	4,81 €	26,85 €	1,77 €	1,77 €	28,62 €	28,62 €	4,31 €	50%		
Artigo 36º	2	a.a.1)								29,62 €	29,62 €	29,62 €			
Artigo 36º	2	a.a.2)								0,30 €	0,30 €	0,30 €			
Artigo 36º	2	b.b.1)								29,62 €	29,62 €	38,51 €			30%
Artigo 36º	2	b.b.2)								0,30 €	0,30 €	0,39 €			30%
Artigo 37º	1		8,37 €	0,79 €	2,88 €	4,81 €	26,85 €	2,77 €	2,77 €	29,62 €	29,62 €	4,81 €	50%		
Artigo 37º	2									29,62 €	29,62 €	7,41 €	75%		
Artigo 38º	1		8,37 €	0,79 €	2,88 €	4,81 €	26,85 €	2,77 €	2,77 €	29,62 €	29,62 €	4,81 €	50%		
Artigo 38º	2	a)								6,86 €	6,86 €	6,86 €			
Artigo 38º	2	b)								29,62 €	29,62 €	29,62 €			
Artigo 38º	3	a)								29,62 €	29,62 €	4,81 €			
Artigo 38º	3	b)								29,62 €	29,62 €	29,62 €			
Artigo 38º	3	c)								29,62 €	29,62 €	29,62 €			
Artigo 38º	3	d)								29,62 €	29,62 €	38,51 €			30%
Artigo 38º	3	e)								29,62 €	29,62 €	38,51 €			30%
Artigo 38º	3	f)								29,62 €	29,62 €	29,62 €			
Artigo 38º	4	a)								6,86 €	6,86 €	6,86 €			
Artigo 38º	4	b)								29,62 €	29,62 €	29,62 €			
Artigo 38º	4	c)								59,24 €	59,24 €	59,24 €			
Artigo 38º	5	a)								6,86 €	6,86 €	6,86 €			
Artigo 38º	5	b)								29,62 €	29,62 €	29,62 €			
Artigo 38º	5	c)								59,24 €	59,24 €	59,24 €			
Artigo 39º	1		13,46 €	0,48 €	0,00 €	2,78 €	16,72 €	2,77 €	2,77 €	19,49 €	19,49 €	9,75 €	50%		
Artigo 39º	2									29,62 €	29,62 €	59,24 €			100%
Artigo 39º	3									29,62 €	29,62 €	29,62 €			
Artigo 39º	4									29,62 €	29,62 €	29,62 €			
Artigo 40º	1		8,37 €	0,79 €	2,88 €	4,81 €	26,85 €	2,77 €	2,77 €	29,62 €	29,62 €	4,81 €	50%		
Artigo 40º	2									29,62 €	29,62 €	4,81 €	50%		
Artigo 41º	1		8,37 €	0,79 €	2,88 €	4,81 €	26,85 €	2,77 €	2,77 €	29,62 €	29,62 €	4,81 €	50%		
Artigo 41º	2	a)								0,98 €	0,98 €	0,78 €	20%		
Artigo 41º	2	b)								6,86 €	6,86 €	4,46 €	35%		
Artigo 41º	2	c)								29,62 €	29,62 €	8,89 €	70%		
Artigo 42º			8,37 €	0,79 €	2,88 €	4,81 €	26,85 €	2,77 €	2,77 €	29,62 €	29,62 €	29,62 €			
Artigo 43º			153 €	0,15 €	0,00 €	2,74 €	4,72 €	2,36 €	2,36 €	7,08 €	7,08 €	5,71 €	50%		



## 6.7. Capítulo VII – Venda ambulante e feiras

Neste capítulo temos 2 casos – a secção I trata de taxas meramente administrativas, portanto enquadradas no Grupo 1, enquanto que a secção II trata de taxas enquadradas no Grupo 2 – as que decorrem de acto administrativo adicionado a um processo operacional e Grupo 3 – as que decorrem da gestão de bens de utilização pública.

Relativamente ao exercício da actividade de feirante foram calculados os seguintes custos:

- Por m<sup>2</sup> do espaço da feira, através da soma dos custos administrativos com mão-de-obra directa (limpeza do recinto, assistentes administrativos, fiscais), ferramentas utilizadas e veículos utilizados) e consequente divisão do valor obtido pelo espaço físico ocupado pela feira em m<sup>2</sup> (5408 m<sup>2</sup>);
- Por feira, através do somatório de custos apurado nos termos do ponto anterior;
- Por dia, multiplicando o obtido por feira pelos número de feiras anuais (24) e dividindo por 365.

Designação			Custos Directos				Custos Indirectos		Total de Custos (8)+(9)+(7)	Por dia	Por feira	Por M <sup>2</sup> (solo)	Taxa proposta	Custo social suportado pelo Município	Benefício auferido pelo particular	Desimpositivo
			MOD (1)	Materiais e outros custos (Enxoval) (2)	Máquinas e Viaturas (3)	Outros custos Directos (Enxoval) (4)	Total custos Directos (8)=(1)+(2)+(3)+(4)	Custos indirectos (MCI e Emargens de sobreco) (9)								
Artigo 44º	1	a)	6,78 €	0,17 €	0,00 €	0,92 €	7,87 €	2,36 €	0,83 €							
Artigo 44º	2	a)	2,22 €	0,22 €	0,00 €	0,30 €	2,66 €	2,36 €	0,02 €				05,49 €			323%
Artigo 45º		a)	18,45 €	26,30 €	36,61 €	0,52 €	200,88 €	2,36 €	203,24 €				29,25 €			483%
Artigo 45º		b)	18,45 €	26,30 €	36,61 €	0,52 €	200,88 €	2,36 €	203,24 €	5,37 €	233,75 €	0,04 €	3,51 €	98%		
Artigo 46º		a)										0,04 €	0,88 €	10%		
Artigo 46º		b)											5,88 €			
													0,88 €			

## 6.8. Capítulo VIII – Utilização de Viaturas e Bens do Município

Para se proceder a uma melhor explicação acerca deste capítulo será melhor dividi-lo. Assim, na secção I temos a cedência de viaturas a uma entidade externa, uma taxa integrada no Grupo 1 – meramente administrativa e no Grupo 3 – deriva da gestão de bens de utilização pública.

Em primeiro lugar apurou-se quais as viaturas que poderiam ser cedidas: trata-se de 4

autocarros e 9 carrinhas de nove lugares. Para se chegar a um custo Km apurou-se os custos imputados na Contabilidade de Custos (de 1/1/2009 a 31/10/2009) às viaturas que estão afectas a esta taxa – tais custos foram de pneus, manutenção, combustível e seguros. A este total de custos somou-se os custos anuais do operador da viatura. Então, e considerando os 2 grupos de viaturas acima descritos chegamos a um custo global médio que dividido pelos número médio de Quilómetros percorridos pelas viaturas no período já referido nos deu o custo médio do Km referido no quadro abaixo.

Designação				Custos Directos					Custos Indirectos		Total de Custo (8)=(5)+(7)	Custo por KM	Taxa preposta	Custo social suportado pelo Município	Benefício auferido pelo particular	Desneemivo
				M.O. (1)	Materiais e outros custos (Enxoval) (2)	Máquinas e Viaturas (3)	Outros custos Directos (Enxoval) (4)	Total custos Directos (5)=(1)+(2)+(3)+(4)	Custos Indirectos (M.O. e Enxargos de cobrança) (6)	Total de Custos Indirectos (7)						
Secção I	Artigo 47º	1	a)	4,59 €	0,25 €	0,00 €	0,84 €	5,68 €	2,36 €	2,36 €	8,04 €	1,91 €	0,37 €	95%		
Secção I	Artigo 47º	1	b)	5,77 €	0,25 €	0,00 €	0,84 €	6,86 €	2,36 €	2,36 €	9,22 €	0,57 €	0,37 €	96%		

Na secção II deste capítulo temos a utilização do Complexo Desportivo Municipal cujas taxas integram o Grupo 1 – meramente administrativas e o Grupo 3 – derivadas da gestão de bens de utilização pública. Para facilitar a compreensão e também a explicação dividimos o Complexo Desportivo Municipal em:

- Pavilhão Gimnodesportivo, que compreende várias actividades, incluindo o Polidesportivo ao Ar Livre e a cedência de Materiais de Apoio a Colectividades. Em função dos dados abaixo chegou-se, através da imputação à área respectiva, do seu horário de funcionamento e da sua taxa de ocupação hora aos valores do quadro abaixo segundo a actividade. Em relação a este pavilhão chegou-se aos seguintes dados:

Pavilhão Gimnodesportivo	
Área Global em m²	4264
Investimento+ Custos de exploração	4.295.659,94 €
Horas de utilização potencial por ano (geral)	3940
Taxa de ocupação/hora	Variável segundo a actividade

- Estádio Municipal da Pedreira: em função dos dados abaixo chegou-se, através da imputação à área respectiva, do seu horário de funcionamento e da sua taxa de ocupação hora aos valores do quadro abaixo segundo a actividade:



Estádio Municipal da Pedreira	
Área Global em m <sup>2</sup>	12708
Investimento+ Custos de exploração	2.174.127,22 €
Horas de utilização potencial por ano (geral)	1904
Taxa de ocupação/hora	21,25

●Pavilhão Gimnodesportivo da Lameira: em função dos dados abaixo chegou-se, através da imputação à área respectiva, do seu horário de funcionamento e do n.º de utilizadores/dia aos valores do quadro abaixo segundo a actividade:

Pavilhão Gimnodesportivo da Lameira	
Área Global em m <sup>2</sup>	1864
Investimento+ Custos de exploração	482.107,33 €
Horas de utilização potencial por ano (geral)	3940
N.º de utilizadores/dia	61,43

FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS TAXAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL

Designação	Custos Directos					Custos Indirectos		Total do Custo (8)+(9)+(17)	Salas de Apoio / Mes	Utilização/hora	Material / Hora	Taxa própria	Custo social suportado pelo Município	Benefício auferido pelo particular	Desincantivo
	MOD 10	Material e outros custos (Enxoval) (2)	Máquinas e Visturas (3)	Outros custos Directos (Enxoval) (4)	Total custos Directos (5)=(2)+(3)+(4)	Custos Indirectos (MDI e Enxoval) (6)	Total de Custos Indirectos (7)								
Secção I Artigo 48º 1 11a)	185€	0,11€	0,00€	0,29€	2,24€	15€	15€	3,39€				5,00€			48%
Secção I Artigo 48º 1 11b)										20,46€		0,95€			
Secção I Artigo 48º 1 11c)										20,46€		1,20€			
Secção I Artigo 48º 1 11d)										20,46€		1,80€			
Secção I Artigo 48º 1 11e)										20,46€		0,95€			
Secção I Artigo 48º 1 11f)										20,46€		1,60€			
Secção I Artigo 48º 1 11g)										204,63€		8,60€			
Secção I Artigo 48º 1 11h)										204,63€		10,20€			
Secção I Artigo 48º 1 11i)										20,46€		15,35€			
Secção I Artigo 48º 1 11j)												20,45€			
Secção I Artigo 48º 1 12a)	2,37€	0,11€	0,00€	0,14€	2,62€	15€	15€	3,77€		28,92€		8,20€			78%
Secção I Artigo 48º 1 12b)												10,30€			
Secção I Artigo 48º 1 12c)	2,37€	0,11€	0,00€	0,14€	2,62€	15€	15€	3,77€		28,92€		8,25€			72%
Secção I Artigo 48º 1 12d)												8,35€			
Secção I Artigo 48º 1 12e)	2,37€	0,11€	0,00€	0,14€	2,62€	15€	15€	3,77€		28,92€		35,80€			802%
Secção I Artigo 48º 1 12f)												46,00€			
Secção I Artigo 48º 1 13a)	2,37€	0,11€	0,00€	3,79€	6,27€	15€	15€	7,42€		8,46€		105€	86%		
Secção I Artigo 48º 1 13b)												155€			
Secção I Artigo 48º 1 14a)	2,37€	0,11€	0,00€	4,23€	6,71€	15€	15€	7,86€		199€		2,80€	57%		
Secção I Artigo 48º 1 14b)												3,60€			
Secção I Artigo 48º 1 15a)	2,37€	0,11€	0,00€	2,18€	5,00€	15€	15€	8,89€		8,20€		2,90€	85%		
Secção I Artigo 48º 1 15b)	2,37€	0,11€	0,00€	5,40€	7,88€	15€	15€	9,03€	65,84€			102,20€			1032%
Secção I Artigo 48º 1 15c)	2,37€	0,11€	0,00€	5,40€	7,88€	15€	15€	9,03€	65,84€			102,20€			1032%
Secção I Artigo 48º 1 15d)	2,37€	0,11€	0,00€	5,40€	7,88€	15€	15€	9,03€	65,84€			102,20€			1032%
Secção I Artigo 48º 1 15e)	2,37€	0,11€	0,00€	5,40€	7,88€	15€	15€	9,03€	216,00€			153,30€			1598%
Secção I Artigo 48º 1 15f)	2,37€	0,11€	0,00€	5,40€	7,88€	15€	15€	9,03€				102,20€			1032%
Secção I Artigo 48º 1 15g)	2,37€	0,11€	0,00€	5,40€	7,88€	15€	15€	9,03€	184,37€			153,30€			1598%
Secção I Artigo 48º 1 15h)	2,37€	0,11€	0,00€	5,40€	7,88€	15€	15€	9,03€	150,58€			127,75€			136%
Secção I Artigo 48º 1 15i)	2,37€	0,11€	0,00€	5,40€	7,88€	15€	15€	9,03€	150,58€			127,75€			136%
Secção I Artigo 48º 1 15j)	2,37€	0,11€	0,00€	5,40€	7,88€	15€	15€	9,03€	150,58€			127,75€			136%
Secção I Artigo 48º 1 15k)	2,37€	0,11€	0,00€	5,40€	7,88€	15€	15€	9,03€	150,58€			127,75€			136%
Secção I Artigo 48º 1 15l)	2,37€	0,11€	0,00€	5,40€	7,88€	15€	15€	9,03€	150,42€			127,75€			136%
Secção I Artigo 48º 2 2a)	2,37€	0,11€	0,00€	0,03€	2,51€	15€	15€	3,06€		53,74€		30,00€			720%
Secção I Artigo 48º 2 2b)												40,00€			
Secção I Artigo 48º 2 2c)	2,37€	0,11€	0,00€	0,03€	2,51€	15€	15€	3,06€		53,74€		40,00€			983%
Secção I Artigo 48º 2 2d)												60,00€			
Secção I Artigo 48º 2 2e)	2,37€	0,11€	0,00€	0,03€	2,51€	15€	15€	3,06€		53,74€		60,00€			1540%
Secção I Artigo 48º 3 3a)	2,37€	0,11€	0,00€	0,18€	2,66€	15€	15€	3,81€		199€		8,20€			15%
Secção I Artigo 48º 3 3b)												199€			
Secção I Artigo 48º 3 3c)	2,37€	0,11€	0,00€	0,18€	2,66€	15€	15€	3,81€		199€		10,25€			19%
Secção I Artigo 48º 3 3d)												199€			
Secção I Artigo 48º 3 3e)	2,37€	0,11€	0,00€	0,18€	2,66€	15€	15€	3,81€		199€		35,80€			840%
Secção I Artigo 48º 3 3f)												46,00€			
Secção I Artigo 48º 4 4a)	2,37€	0,11€	0,00€	0,47€	2,95€	15€	15€	4,10€		17,00€		5,00€			22%
Secção I Artigo 48º 4 4b)												8,00€			
Secção I Artigo 48º 5 5a)											43,81€	155€			
Secção I Artigo 48º 5 5b)												0,08€	0,55€		
Secção I Artigo 48º 5 5c)											0,12€	0,55€			

## 6.9. Capítulo IX – Impressão de trabalhos gráficos

As taxas inseridas neste capítulo são meramente administrativas.



Designação			Custos Directos					Custos Indirectos		Total do Custo (8)=(6)+(7)	Taxa proposta	Custo social suportado pelo Município	Benefício auferido pelo particular	Desincentivo
			MOD (1)	Materiais e outros custos (Enxoval1) (2)	Máquinas e Viaturas (3)	Outros custos Directos (Enxoval2) (4)	Total custos Directos (6)=(1)+(2)+(3)+(4)	Custos indirectos (MOI e Encargos de cobrança) (6)	Total de Custos Indirectos (7)					
Artigo n.º	N.º	Alínea												
Artigo 49º	1	a)		4,67 €	2,27 €	0,00 €	0,92 €	7,86 €	2,36 €	2,36 €	0,22 €	0,81 €	92%	
Artigo 49º	1	b)		4,67 €	2,27 €	0,00 €	0,92 €	7,86 €	2,36 €	2,36 €	0,22 €	163 €	84%	
Artigo 49º	1	c)		4,67 €	2,27 €	0,00 €	0,92 €	7,86 €	2,36 €	2,36 €	0,22 €	3,24 €	68%	
Artigo 49º	1	d)		4,67 €	2,27 €	0,00 €	0,92 €	7,86 €	2,36 €	2,36 €	0,22 €	2166 €		12%
Artigo 49º	1	e)		4,67 €	2,27 €	0,00 €	0,92 €	7,86 €	2,36 €	2,36 €	0,22 €	43,33 €		324%
Artigo 49º	2										2º valor a pagar			

## 6.10. Capítulo X – Registo de Cidadãos da União Europeia

Trata-se de um capítulo cujas taxas são definidas pela Portaria n.º 1637/2006, de 17 de Outubro, pelo que se escusa a sua fundamentação.

Designação			Custos Directos					Custos Indirectos		Total do Custo (8)=(6)+(7)	Taxa proposta	Custo social suportado pelo Município	Benefício auferido pelo particular	Desincentivo
			MOD (1)	Materiais e outros custos (Enxoval1) (2)	Máquinas e Viaturas (3)	Outros custos Directos (Enxoval2) (4)	Total custos Directos (6)=(1)+(2)+(3)+(4)	Custos indirectos (MOI e Encargos de cobrança) (6)	Total de Custos Indirectos (7)					
Artigo n.º	N.º	Alínea												
Artigo 50º	1	a)									3,50 €			
Artigo 50º	1	b)									3,50 €			
Artigo 50º	2	a)									3,75 €			
Artigo 50º	2	b)									3,75 €			

## 6.11. Capítulo XI – Diversos

O capítulo XII trata de taxas que se enquadram no Grupo 1 – unicamente administrativas e no Grupo 2 – as que decorrem de um acto administrativo adicionado de um processo operacional.

FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS TAXAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL

Designação			Custos Directos					Custos Indirectos		Total do Custo (5)=(6)+(7)	Taxa proposta	Custo social suportado pelo Município	Benefício auferido pelo particular	Desincentivo
			MOD (1)	Materiais e outros custos (Enxoval) (2)	Máquinas e Viaturas (3)	Outros custos Directos (Enxoval) (4)	Total custos Directos (5)=(1)+(2)+(3)+(4)	Custos Indirectos (MOI e Encargos de sobrança) (6)	Total de Custos Indirectos (7)					
Artigo n.º	N.º	Alinea												
Artigo 5º			6,92 €	0,43 €	0,00 €	6,50 €	13,85 €	155 €	155 €	161,85 €	29,25 €			90%
Artigo 52º	1		2,99 €	0,17 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	0,58 €	90%		
Artigo 52º	2		2,99 €	0,17 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	0,58 €	90%		
Artigo 52º	3		2,99 €	0,17 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	0,58 €	90%		
Artigo 52º	4		2,99 €	0,17 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	0,58 €	90%		
Artigo 52º	5	a)	2,99 €	0,17 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	0,58 €	90%		
Artigo 53º	1		2,99 €	0,17 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	0,58 €	90%		
Artigo 53º	2		13,47 €	0,38 €	22,72 €	3,42 €	39,99 €	2,77 €	2,77 €	42,76 €	0,58 €	99%		
Artigo 53º	3		13,47 €	0,38 €	22,72 €	3,42 €	39,99 €	2,77 €	2,77 €	42,76 €	0,58 €	99%		
Artigo 53º	4		2,99 €	0,17 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	2,92 €	52%		
Artigo 53º	5		2,99 €	0,17 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	1,15 €	8%		
Artigo 53º	6		13,47 €	0,38 €	22,72 €	3,42 €	39,99 €	2,77 €	2,77 €	42,76 €	1,170 €	73%		
Artigo 53º	7		2,99 €	0,17 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	2,92 €	52%		
Artigo 54º	1		2,99 €	0,17 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	40,95 €			578%
Artigo 54º	2		2,99 €	0,17 €	0,00 €	0,52 €	3,68 €	2,36 €	2,36 €	6,04 €	70,20 €			1062%
Artigo 55º	1		4,91 €	0,00 €	2,88 €	0,00 €	7,79 €	0,00 €	0,00 €	7,79 €	29,25 €			275%
Artigo 55º	2		5,08 €	0,22 €	0,00 €	0,68 €	5,98 €	3,78 €	3,78 €	9,76 €	29,25 €			200%
Artigo 55º	3		5,08 €	0,22 €	0,00 €	0,68 €	5,98 €	3,78 €	3,78 €	9,76 €	1170 €			20%
Artigo 55º	4		5,08 €	0,22 €	0,00 €	0,68 €	5,98 €	3,78 €	3,78 €	9,76 €	29,25 €			200%





ANEXO II

TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Artigo 1.º

Taxas a cobrar pela prestação de serviços e concessão de documentos:

1 - Concessão de alvarás e averbamentos não especialmente contemplados na presente Tabela, atestados ou documentos análogos e suas confirmações, autos ou termos de qualquer espécie e outros serviços ou actos não especialmente previstos neste artigo ou fixados em legislação especial .....	13,03
2 - Certidões de narrativa ou de teor:	
a) Não excedendo uma lauda .....	7,20
b) Por cada lauda além da primeira .....	1,08
3 - Certidões que impliquem deslocação .....	22,75
4 - Fotocópias autenticadas:	
a) Pela primeira lauda .....	3,60
b) Por cada lauda a mais .....	1,08
5 - Fotocópias não autenticadas de diversos documentos:	
a) Formato A 4 – por cada face .....	1,23
– frente e verso .....	2,00
b) Formato A 3 – por cada face .....	1,47
– frente e verso .....	2,00
c) Plantas topográficas - cada .....	7,12
6 - Impressão de documentos:	
a) Impressão a preto e branco .....	2,02
b) Impressão a cores .....	2,02
7 - Emissão de cartão de leitor para a Biblioteca Municipal:	
a) Primeira emissão por leitor .....	0,00
b) Emissão de 2ª via e seguintes .....	4,41
8 - Fornecimento de cópias, impressões ou outras reproduções em elementos de suporte informático:	
a) Em grandes formatos, por m <sup>2</sup> .....	13,44
b) Em formato digital .....	13,44
9 - Emissão de declaração abonatória relativa a execução de empreitadas .....	10,78
10 - Documentos necessários à substituição dos que tenham sido extraviados (2. <sup>as</sup> vias) - cada .....	13,03



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

11 - Licenciamento e vistorias de recintos de espectáculos e divertimentos públicos e de espectáculo de natureza artística:	
a) Licença de funcionamento de recintos itinerantes ou improvisados.....	37,24
b) Por cada dia além do primeiro .....	2,92
c) Licença accidental de recinto para espectáculos de natureza artística.....	35,99
d) Por cada dia além do primeiro .....	2,92
e) Certificado de vistoria .....	9,24
f) Realização de vistoria .....	18,85
12 - Emissão de horário funcionamento de estabelecimento comercial:	
a) Visto inicial .....	7,42
b) Alterações .....	7,42
13 - Alargamento de horário de funcionamento de estabelecimento comercial:	
a) Permanente .....	34,74
b) Esporádico .....	31,09
14 - Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU):	
a) Taxa pela determinação do coeficiente de conservação .....	1 UC
b) Taxa pela definição de obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior .....	½ UC
c) As taxas previstas nas als. a) e b) do presente número são reduzidas a ¼ quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira .....	
15 - Autorização para lançamento de fogo de artifício ou outros artefactos pirotécnicos – por festa .....	25,01
16 - Buscas - por cada ano, exceptuando o corrente ou aqueles que expressamente se indicarem, aparecendo ou não o objecto em busca .....	9,24
17 - Outros processos administrativos e outros serviços ou actos não especialmente previstos nesta tabela ou legislação especial .....	7,82





Handwritten signatures and initials in the top right corner.

## CAPÍTULO II

## COMPETÊNCIAS DIVERSAS

## Artigo 2.º

Guarda-Nocturno:

1 - Licenciamento .....	19,75
2 - Renovação Anual .....	6,32

## Artigo 3.º

Venda Ambulante de Lotarias:

1 - Licenciamento e cartão .....	7,42
2 - Averbamento anual .....	6,93
3 - Renovação .....	6,93

## Artigo 4.º

Arrumador de Automóveis:

1 - Licenciamento e cartão .....	7,42
2 - Renovação .....	6,93

## Artigo 5.º

Realização de Acampamentos Ocasionalmente:

1 - Licença por dia .....	9,24
---------------------------	------

## Artigo 6.º

Exploração de Máquinas Automáticas, Mecânicas, Eléctricas e Electrónicas de Diversão:

1 - Registo .....	32,92
2 - Averbamento por transmissão de propriedade .....	7,29
3 - Emissão de 2.ª via do título de registo .....	7,42
4 - Licença de exploração:	
a) Anual .....	17,47
b) Semestral .....	17,47
5 - Emissão de 2.ª via da licença de exploração .....	7,42
6 - Alteração do local de exploração no concelho .....	17,47



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

Artigo 7.º

Realização de Espectáculos Desportivos e Divertimentos Públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre:

1 - Provas Desportivas:

- |                                     |      |
|-------------------------------------|------|
| a) Licença .....                    | 4,90 |
| b) Cada dia, além do primeiro ..... | 2,92 |

2 - Arraiais, romarias, bailes e divertimentos públicos organizados em vias, jardins e demais lugares públicos:

- |                                     |      |
|-------------------------------------|------|
| a) Licença .....                    | 2,80 |
| b) Cada dia, além do primeiro ..... | 2,92 |

Artigo 8.º

Licença especial de ruído:

- |   |       |
|---|-------|
| 1 - Emissão de Licença por dia .....    | 24,87 |
| 2 - Por cada dia além do primeiro ..... | 2,92  |

Artigo 9.º

Realização de Fogueiras e Queimadas:

- |   |       |
|---|-------|
| 1 - Fogueiras de Natal e dos Santos Populares ..... | 12,51 |
| 2 - Queimadas .....                                 | 17,51 |

Artigo 10.º

Venda de Bilhetes para Espectáculos ou Divertimentos Públicos em Agências ou Postos de Venda:

- |                           |      |
|---------------------------|------|
| 1 - Licença .....         | 7,42 |
| 2 - Renovação anual ..... | 6,93 |

Artigo 11.º

Realização de Leilões:

1 - Licenciamento:

- |                              |       |
|------------------------------|-------|
| a) Sem fins lucrativos ..... | 2,97  |
| b) Com fins lucrativos ..... | 35,10 |

Artigo 12.º

Ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes:

- |  |      |
|--|------|
| 1 - Inspeção periódica às instalações, por equipamento .....   | 5,48 |
| 2 - Reinspeção periódica às instalações, por equipamento ..... | 5,48 |





3 - Inspeção extraordinária às instalações, a pedido dos interessados, por equipamento.

5,48



CAPÍTULO III

OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA POR MOTIVO DE OBRAS

Artigo 13.º

Ocupação da via pública delimitada por resguardos, andaimes ou tapumes:

1 - Pela apreciação do processo .....	11,40
2 - Por m <sup>2</sup> da superfície ocupada e por dia .....	0,20

Artigo 14.º

Outras ocupações da via pública:

1 - Pela apreciação do processo .....	11,40
2 - Por m <sup>2</sup> da superfície ocupada e por dia .....	0,25





## CAPÍTULO IV

## CEMITÉRIOS

## SECÇÃO I

## CEMITÉRIO MUNICIPAL DA CIDADE (ANTIGO)

## Artigo 15.º

## Inumações em covais:

1 - Sepulturas temporárias .....	100,00
2 - Sepulturas perpétuas .....	251,57
3 - Taxas a acumular ao ponto 1 ou 2:	
a) Serviços aos sábados, domingos e feriados .....	36,28
b) Serviço prestado por funcionário fora das horas regulamentares - cada hora .....	13,59
4 - Reserva de sepultura temporária .....	55,69

## Artigo 16.º

## Inumações em jazigos:

1 - Municipais:	
a) Compartimentos do 1.º e 2.º pisos – cada inumação .....	532,04
b) Restantes pisos – cada inumação .....	456,03
c) Inumações subsequentes, por cada, 50% das taxas da alínea anterior.	
2 - Particulares – cada inumação .....	396,39

## Artigo 17.º

## Exumações incluindo limpeza e trasladação:

1 - Por cada ossada .....	104,34
2 - Por cada caixão .....	104,34

## Artigo 18.º

## Averbamento em alvarás de concessão de terrenos em nome de novo proprietário:

1 - Classes sucessíveis, nos termos da alínea a) a e) do artigo 2133.º do Código Civil:	
a) Para jazigos .....	126,84
b) Para sepulturas perpétuas .....	96,64
2 - Transmissões diferentes do número anterior:	
a) Para jazigos .....	489,24
b) Para sepulturas perpétuas .....	429,44



## Artigo 19.º

Obras de beneficiação em sepulturas temporárias:

1 - Colocação de borda – por 5 anos ou fracção.....	130,91
2 - Anos seguintes, por ano .....	42,23
3 - Arranjos transitórios .....	51,29

## Artigo 20.º

Ocupação do ossário Municipal – cada ossada:

1 - Cada ano ou fracção .....	65,79
2 - Pelo período de 50 anos ou fracção .....	633,38

## Artigo 21.º

Serviços diversos:

Outros serviços prestados no Cemitério .....	48,75
--	-------

## SECÇÃO II

## CEMITÉRIO MUNICIPAL DA PEDREIRA

## Artigo 22.º

1 – Inumações em sepultura aeróbia:

1.1 - Sepultura de 1 nível .....	100,00
1.2 - Sepultura de 2 níveis .....	175,00
1.3 - Sepultura de 3 níveis .....	250,00

2 - Sepulturas concessionadas que inclui colocação de pedra de cabeceira ou lápide:

2.1 - Sepultura de 1 nível .....	1.500,00
2.2 - Sepultura de 2 níveis .....	2.625,00
2.3 - Sepultura de 3 níveis .....	3.750,00
2.4 - Renovação da concessão .....	O valor inicial

3 - Taxas a acumular ao ponto 1 ou 2:

a) - Serviços aos Sábados, Domingos e Feriados .....	36,28
b) - Serviço prestado por funcionário fora das horas regulamentares – cada hora .....	13,59
4 - Reserva de sepultura temporária por 4 anos – por ano ou fracção .....	127,09

## Artigo 23.º

Exumações incluindo limpeza e trasladação:

1 - Por cada ossada e nível .....	203,10
2 - Por cada caixão e nível .....	203,10





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

Artigo 24.º

Obras de beneficiação em sepulturas temporárias:

1 - Colocação de pedra de cabeceira ou lápide tumular – por 7 anos, ou fracção ..... 169,72

Artigo 25.º

Ocupação do ossário Municipal – cada ossada:

1 - Por cada ano ou fracção ..... 104,46

2 - Pelo período de 50 anos ou fracção ..... 552,30

Artigo 26.º

Serviços diversos:

Outros serviços prestados no Cemitério ..... 47,93



## CAPÍTULO V

## OUTRAS OCUPAÇÕES DO DOMÍNIO PÚBLICO

## Artigo 27.º

Ocupação do espaço aéreo da via pública:

1 – Pela apreciação dos processos referentes a cada tipo de ocupação .....	14,81
2 - Antenas:	
2.1 - De operadores de telecomunicações:	
2.1.1 – Localizadas nas áreas das freguesias de S. Pedro do Sul e Várzea:	
a) Instaladas no domínio público – por cada e por ano .....	656,88
b) Instaladas em propriedade particular com projecção para o domínio público – por cada e por ano .....	328,44
2.1.2 – Localizadas nas áreas das restantes freguesias:	
a) Instaladas no domínio público – por cada e por ano .....	262,75
b) Instaladas em propriedade particular com projecção para o domínio público – por cada e por ano .....	131,38
2.2 - Outras, pendendo sobre a via pública – por metro e por ano .....	3,01
3 - Fios telegráficos, telefónicos ou eléctricos, ou espias – por metro ou fracção e por ano .....	0,76
4 - Guindastes ou semelhantes – por semana .....	6,30
5 - Alpendres fixos ou articulados não integrados nos edifícios – por metro linear de frente ou fracção e por ano .....	6,56
6 - Toldos – por m <sup>2</sup> de frente ou fracção e por ano .....	5,47
7 - Sanefa de toldo ou alpendre – por m <sup>2</sup> e por ano .....	1,91
8 - Fita anunciadora – por m <sup>2</sup> ou fracção e por semana:	
a) Sobre a fachada dos prédios .....	6,30
b) Sobre a via pública ou noutros locais públicos .....	22,05
9 - Passarelas ou outras construções ou ocupações do espaço aéreo – por m <sup>2</sup> ou fracção de projecções sobre a via pública e por ano .....	10,94
10 - Aparelhos de ar condicionado fixos no exterior dos edifícios – por ano e m <sup>3</sup> ou fracção .....	32,84

## Artigo 28.º

Construções ou instalações especiais no solo ou subsolo:

1 – Pela apreciação dos processos referentes a cada tipo de ocupação .....	14,81
2 - Depósitos subterrâneos, com excepção dos destinados a bombas abastecedoras – por m <sup>3</sup> ou fracção e por ano .....	19,16





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

3 - Cabine ou posto telefónico – por ano .....	19,16
4 - Posto de transformação, cabines eléctricas e semelhantes – por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano .....	6,84
5 - Pavilhões, Quiosques ou outras construções não incluídas nos números anteriores – por m <sup>2</sup> ou fracção e mês .....	27,00

Artigo 29.º

Ocupações diversas:

1 – Pela apreciação dos processos referentes a cada tipo de ocupação .....	14,81
2 - Cabos subterrâneos condutores de energia eléctrica – por metro ou fracção e por ano .....	2,19
3 - Postos e marcos – por cada um:	
a) Para suporte de fios telegráficos, telefónicos ou eléctricos - por mês .....	2,25
b) Para decoração (mastros) – por dia .....	0,77
c) Para colocação de anúncios – por mês .....	9,00
d) Marco receptáculo de correio – por ano .....	27,37
4 - Vedações e outros dispositivos para afixação de anúncios ou reclamos – por m <sup>2</sup> de superfície do dispositivo utilizado na publicidade e por mês ou fracção .....	2,25
5 - Guarda ventos anexos aos locais ocupados na via pública – por metro ou fracção e por mês ou fracção .....	2,25
6 - Mesas e cadeiras (esplanadas) – por m <sup>2</sup> ou fracção e por mês ou fracção .....	4,50
7 - Tubos, condutas, outros cabos condutores ou semelhantes – por metro ou fracção e por ano:	
a) Ao longo da via pública .....	0,55
b) Através da via pública .....	1,10
8 - Arcas de gelados, brinquedos mecânicos, máquina de tiragem de gelados, e equipamentos semelhantes – por m <sup>2</sup> ou fracção e por mês .....	13,50
9 - Grelhadores – por m <sup>2</sup> ou fracção e por mês .....	13,50
10 - Dispositivos para anúncios ou reclamos – por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano .....	16,42
11 - Venda de jornais em banca, estrado ou semelhante amovível – por m <sup>2</sup> ou fracção e por mês .....	2,25
12 - Outras ocupações do domínio público – por m <sup>2</sup> ou fracção e por mês .....	4,50

Artigo 30.º

Averbamento de substituição do titular de licenciamento das ocupações de domínio público previstas neste Capítulo .....	5,08
---	------



## CAPÍTULO VI

## PUBLICIDADE

## LICENÇAS

## Artigo 31.º

Publicidade sonora através de aparelhos de rádio ou televisão, altifalantes ou outros aparelhos fazendo emissões directas, com fins publicitários, na ou para a via pública:

1 – Pela apreciação do processo .....	14,81
2 – Por período:	
a) Por dia ou fracção .....	2,94
b) Por semana .....	10,29
c) Por mês .....	29,62

## Artigo 32.º

Publicidade diversa:

1 – Pela apreciação do processo .....	14,81
2 - Exposição no exterior dos estabelecimentos ou prédios onde aqueles se encontrem:	
a) De jornais, revistas ou livros – por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano .....	1,96
b) De fazendas, flores ou semelhantes – por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano .....	8,58
c) De veículos e outros – por m <sup>2</sup> e por mês .....	17,77
3 - Bandeiras e pendões comerciais ou outros – por cada e por ano .....	6,86
4 - Bandeirolas – por m <sup>2</sup> e por mês .....	0,39
5 - Publicidade em guarda-sóis e em guarda ventos – por unidade e por mês .....	0,98

## Artigo 33.º

Publicidade exibida em painéis e mupies:

1 - Pela apreciação do processo .....	14,31
2 - Painéis luminosos ou directamente iluminados – por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano .....	7,41
3 - Painéis não luminosos – por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano .....	14,81
4 - Mupis e semelhantes – por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano .....	19,25

## Artigo 34.º

Publicidade em edifícios e outras construções:

1 - Pela apreciação do processo .....	14,31
2 - Anúncios luminosos ou directamente iluminados – por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano ...	7,41





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

3 - Anúncios não luminosos – por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano .....	14,81
4 - Lonas publicitárias ou fitas anunciadoras instaladas em empenas ou fachadas – – por m <sup>2</sup> ou fracção e por mês .....	2,29
5 - Anúncios electrónicos, sistema de video e similares – por m <sup>2</sup> ou fracção e por mês.	12,30

Artigo 35.º

Frisos luminosos quando não sejam complementares do anúncio e não entrem na sua medição:

1 - Pela apreciação do processo .....	14,31
2 – Por metro ou fracção e por ano .....	1,77

Artigo 36.º

Cartazes (de papel, tela ou outros) a afixar nas vedações, tapumes, muros, paredes e locais semelhantes, confinando com a via pública, desde que seja apresentada autorização do proprietário:

1 - Pela apreciação do processo .....	14,31
2 – Por tamanho:	
a) Até 1 m <sup>2</sup> de superfície:	
a.1) Até 100 cartazes e por mês .....	29,62
a.2) Por cada cartaz a mais .....	0,30
b) Superior a 1 m <sup>2</sup> de superfície:	
b.1) Até 100 cartazes e por mês .....	38,51
b.2) Por cada cartaz a mais .....	0,39

Artigo 37.º

Vitrinas, mostradores e semelhantes em lugares que entestem com a via pública:

1 – Pela apreciação do processo .....	14,81
2 – Por m <sup>2</sup> ou fracção e por ano .....	7,41

Artigo 38.º

Publicidade móvel:

1 – Pela apreciação do processo referente a cada tipo de publicidade .....	14,81
2 - Publicidade em transportes públicos:	
a) Transportes colectivos – por m <sup>2</sup> ou fracção, por anúncio e por ano .....	6,86
b) Em táxis – por veículo e por ano .....	29,62



3 - Publicidade em veículos – por veículo e por ano:	
a) Ciclomotores e motocicletas .....	14,81
b) Veículos ligeiros de passageiros e mistos .....	29,62
c) Veículos ligeiros de mercadorias .....	29,62
d) Veículos pesados .....	38,51
e) Reboques .....	38,51
f) Semi-reboques .....	29,62
4 - Veículos utilizados exclusivamente para o exercício da actividade publicitária – por cada m <sup>2</sup> ou fracção:	
a) Por dia .....	6,86
b) Por semana .....	29,62
c) Por mês .....	59,24
5 - Publicidade em outros meios:	
a) Por dia .....	6,86
b) Por semana .....	29,62
c) Por mês .....	59,24

## Artigo 39.º

## Campanhas publicitárias de rua:

1 - Pela apreciação do processo .....	9,75
2 - Distribuição de panfletos – por dia .....	59,24
3 - Distribuição de produtos – por dia .....	29,62
4 - Outras acções promocionais de natureza publicitária – por dia e por m <sup>2</sup> ou fracção	29,62

## Artigo 40.º

## Placas de proibição de afixação de publicidade:

1 - Pela apreciação do processo .....	14,81
2 - Por cada placa e por ano .....	14,81

## Artigo 41.º

## Outra publicidade não incluída nos números anteriores:

1 - Pela apreciação do processo .....	14,81
2 - Por m <sup>2</sup> ou fracção e:	
a) Por dia .....	0,78
b) Por semana .....	4,46
c) Por mês .....	8,89





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

Artigo 42.º	
Alteração da mensagem publicitária .....	29,62
Artigo 43.º	
Averbamento de substituição do titular de licenciamento de publicidade .....	5,71



CAPÍTULO VII

VENDA AMBULANTE E FEIRAS

SECÇÃO I

VENDA AMBULANTE

Artigo 44.º

1 - Emissão de cartão:

a) Ambulante ..... 58,49

2 - Renovação de cartão:

a) Ambulante ..... 29,25

SECÇÃO II

FEIRAS

Artigo 45.º

Para o exercício da actividade de feirante, pela ocupação do espaço nas feiras será paga a taxa de:

a) Por m<sup>2</sup>/, por ano e por feira ..... 3,51

b) Por m<sup>2</sup> por feira ..... 0,88

Artigo 46.º

A ocupação do recinto da feira por veículos ligados a esta será objecto do pagamento da área por estes ocupada:

a) Por m<sup>2</sup>/, por ano e por feira ..... 5,86

b) Por m<sup>2</sup> por feira ..... 0,88





## CAPÍTULO VIII

## UTILIZAÇÃO DE VIATURAS E BENS DO MUNICÍPIO

## SECÇÃO I

## UTILIZAÇÃO DE VIATURAS AO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

## Artigo 47.º

Sempre que uma entidade externa à Câmara Municipal solicite a cedência de viatura municipal, são devidas as seguintes taxas:

## 1 - Por quilómetro:

a) Autocarros .....	0,37
b) Outras viaturas .....	0,37

## SECÇÃO II

## UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL

## Artigo 48.º

## 1 - PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO:

## 1.1 - Piscina:

a) Jóia de inscrição .....	5,00
b) 0 - 11 anos – por hora .....	0,95
c) 12 - 14 anos – por hora .....	1,20
d) 15 e + anos – por hora .....	1,80
e) Cartão Jovem 0 - 14 anos – por hora .....	0,95
f) Cartão Jovem 15 e + anos – por hora .....	1,50
g) Módulo de 10 bilhetes 0 -14 anos .....	8,80
h) Módulo de 10 bilhetes 15 e + anos .....	13,20

## 1.1.1 - Concessões:

a) Concessão Piscina Hora – até às 17:00 .....	15,35
b) Concessão Piscina Hora – das 17:00 às 21:00 .....	20,45

## 1.2 - Pavilhão:

a) Treino, Formação, Recreio ou Ensino Diurno – por hora .....	8,20
b) Treino, Formação, Recreio ou Ensino Nocturno – por hora .....	13,30
c) Jogo Oficial s/ entradas pagas Diurno – por hora .....	10,25
d) Jogo Oficial s/ entradas pagas Nocturno – por hora .....	15,35
e) Jogo Oficial c/ entradas pagas Diurno – por hora .....	35,80
f) Jogo Oficial c/ entradas pagas Nocturno – por hora .....	46,00

## 1.3 - Ténis de Mesa:

a) Diurno – por hora .....	1,05
b) Nocturno – por hora .....	1,55



**1.4 - Sala Polivalente:**

a) Diurno – por hora .....	2,60
b) Nocturno – por hora .....	3,60

**1.5 - Sauna:**

a) Sauna – por hora .....	2,60
---------------------------	------

**1.6 - Salas de Apoio:**

a) Sala 3 s/ utilização de Balneários – por mês .....	102,20
b) Sala 4 s/ utilização de Balneários – por mês .....	102,20
c) Loja 1 s/ utilização de Balneários – por mês .....	102,20
d) Loja 1 c/ utilização de Balneários – por mês .....	153,30
e) Loja 2 s/ utilização de Balneários – por mês .....	102,20
f) Loja 2 c/ utilização de Balneários – por mês .....	153,30
g) Loja 3 s/ utilização de Balneários – por mês .....	127,75
h) Loja 3 c/ utilização de Balneários – por mês .....	178,85
i) Loja 4 s/ utilização de Balneários – por mês .....	127,75
j) Loja 4 c/ utilização de Balneários – por mês .....	178,85
k) Loja 6 s/ utilização de Balneários – por mês .....	153,30
l) Loja 6 c/ utilização de Balneários – por mês .....	204,40

**2 - ESTÁDIO MUNICIPAL DA PEDREIRA:**

a) Treino, Formação, Recreio ou Ensino Diurno – por hora .....	30,00
b) Treino, Formação, Recreio ou Ensino Nocturno – por hora .....	40,00
c) Jogo Oficial s/ entradas pagas Diurno – por hora .....	40,00
d) Jogo Oficial s/ entradas pagas Nocturno – por hora .....	50,00
e) Jogo Oficial c/ entradas pagas Diurno – por hora .....	60,00
f) Jogo Oficial c/ entradas pagas Nocturno – por hora .....	80,00

**3 - PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DA LAMEIRA:**

a) Treino, Formação, Recreio ou Ensino Diurno – por hora .....	8,20
b) Treino, Formação, Recreio ou Ensino Nocturno – por hora .....	13,30
c) Jogo Oficial s/ entradas pagas Diurno – por hora .....	10,25
d) Jogo Oficial s/ entradas pagas Nocturno – por hora .....	15,35
e) Jogo Oficial c/ entradas pagas Diurno – por hora .....	35,80
f) Jogo Oficial c/ entradas pagas Nocturno – por hora .....	46,00

**4 - POLIDESPORTIVO DE AR LIVRE:**

a) Treino, Formação, Recreio ou Ensino Diurno c/ utilização de Balneários – por hora .....	5,00
b) Treino, Formação, Recreio ou Ensino Nocturno c/ utilização de Balneários – por hora .....	8,00

**5 - MATERIAL DE APOIO ÀS MODALIDADES:**

a) Colectividades – material de apoio – por hora .....	1,55
b) Touca – por hora .....	0,55
c) Raquete de ténis de mesa – por hora .....	0,55





CAPÍTULO IX

IMPRESSÃO DE TRABALHOS GRÁFICOS

Artigo 49.º

1 - A Câmara Municipal cobrará os seguintes preços às impressões de trabalhos em papel, nos formatos e dimensões abaixo mencionados:

a) Formato 1 – Cartaz A5: 148 mm x 210 mm – cada .....	0,81
b) Formato 2 – Cartaz A4: 210 mm x 297 mm – cada .....	1,63
c) Formato 3 – Cartaz A3: 297 mm x 420 mm – cada .....	3,24
d) Formato 4 – Cartaz 900 mm x 1250 mm – cada .....	21,66
e) Formato 5 – Cartaz 1250 mm x 1750 mm – cada .....	43,33

2 - As impressões de frente e verso dos formatos 1,2 e 3 referidos no número anterior, implicam a duplicação do valor a pagar.



CAPÍTULO X

**REGISTO DE CIDADÃOS DA UNIÃO EUROPEIA**

Artigo 50º

1 - Emissão de certificado de registo de cidadão da União Europeia .....	
a) Componente municipal .....	3,50
b) Componente do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras .....	3,50
2 - Emissão de certificado de registo em caso de extravio, roubo ou deterioração.....	
a) Componente municipal .....	3,75
b) Componente do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras .....	3,75





## CAPÍTULO XI

## DIVERSOS

## Artigo 51.º

Vistorias não incluídas noutros capítulos:

A utensílios e veículos usados no transporte ou exercício de profissão, comércio ou indústria na via pública, para verificação das condições de salubridade – por vistoria .....

29,25

## Artigo 52.º

Actividades recreativas, culturais e semelhantes:

1 - Pistas de automóveis eléctricos, carrosséis – por metro Quadrado e semana ou fracção .....

0,58

2 - Idem, idem para crianças – idem .....

0,58

3 - Circos e semelhantes – idem .....

0,58

4 - Pavilhões com jogos de banca (futebol ou hóquei) – idem .....

0,58

5 - Outras actividades ou ocupações:

a) Por m<sup>2</sup> e por semana ou fracção .....

0,58

## Artigo 53.º

Aluguer de material de ornamento e outro:

1 - Cadeiras – por unidade e dia ou fracção .....

0,31

2 - Palcos – por m<sup>2</sup> e dia ou fracção .....

0,58

3 - Tribunas, estrados e similares – por m<sup>2</sup> e dia ou fracção .....

0,58

4 - Grades móveis para vedação – por unidade e dia ou fracção .....

2,92

5 - Mastros – por unidade e dia ou fracção .....

1,16

6 - Bilheteiras e Quermesses – por unidade e dia ou fracção .....

11,70

7 - Painéis de exposição – por unidade e dia ou fracção .....

2,92

## Artigo 54.º

Aluguer de material de transporte:

1 - Camião até 5 toneladas – por hora ou fracção .....

40,95

2 - Camião com mais de 5 toneladas – por hora ou fracção .....

70,20



Artigo 55.º

**TRANSPORTE EM TAXI**

1 - Realização de vistoria .....	29,25
2 - Emissão da licença .....	29,25
3 - Averbamento que não seja da responsabilidade deste município .....	11,70
4 - Emissão de 2.ª via .....	29,25





## ÍNDICE

### Tabela de Taxas

Cap. I – Serviços Administrativos .....	1
Cap. II – Competências diversas .....	3
Cap. III – Ocupação da via pública por motivo de obras .....	6
Cap. IV – Cemitérios .....	7
Cap. V – Outras Ocupações do domínio público .....	10
Cap. VI – Publicidade .....	12
Cap. VII – Venda Ambulante e Feiras .....	16
Cap. VIII – Utilização de Viaturas e Bens do Município .....	17
Cap. IX – Impressão de Trabalhos Gráficos .....	19
Cap. X – Registo de Cidadãos da União Europeia .....	20
Cap. XI – Diversos .....	21